

Mogi Guaçu, 25 de março de 2022.

Proposta da Administração para Assembleia Geral Ordinária.

Prezados Senhores,

Ficam convidados os Srs. Acionistas (“Acionistas”) da MAHLE Metal Leve S.A. (“Companhia”) a se reunirem no **dia 27 de abril de 2022, às 11:00 horas, em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”)**, **sob a forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481/09 (“ICVM 481”), por meio da plataforma digital **Ten Meetings (“Plataforma Digital”)**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal;
2. Análise e aprovação do Orçamento de Capital para o exercício de 2022;
3. Deliberação sobre a proposta da destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, distribuição de dividendos, ratificação dos juros sobre o capital próprio declarados ao longo do ano de 2021 e sua imputação aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2021;
4. Eleger os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes;
5. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal, a eleição dos seus membros e respectivos suplentes, e a fixação de sua remuneração; e,
6. Fixação da remuneração global dos administradores, (Conselho de Administração e Diretoria).

Informações Gerais:

A Assembleia será realizada de modo **exclusivamente digital**, nos termos da ICVM 481/09 e em conformidade com as instruções detalhadas no **Manual para Participação de Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022 e na Proposta da Administração** divulgados pela Companhia (“Manual” e “Proposta da Administração”), disponíveis nos websites indicados no último parágrafo deste Edital.

Voto Múltiplo

Nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A.

Participação na Assembleia:

A participação do acionista somente poderá se dar por:

(a) Boletim de Voto a Distância - nos termos da ICVM 481, permitindo que os Acionistas participem da Assembleia mediante preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções contidas no próprio boletim, na Proposta da Administração e no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia; e

(b) via Plataforma Digital - caso em que o acionista poderá: **(i)** simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto a distância; ou **(ii)** participar e votar na Assembleia, observando-se que quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância e que, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim deverão ser desconsideradas.

Para fins de participação por meio de Plataforma Digital a ser acessada no dia e horário da AGO, os acionistas interessados deverão seguir os seguintes procedimentos:

- i. Preencher todos os dados de cadastro no website específico para a Assembleia:

https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=0875E0009ED6

A Companhia informa que ao clicar no endereço acima estará disponível para consulta o “Guia Orientativo para o Cadastro de Participantes” e que poderá ser utilizado em caso de dúvidas.

- ii. Anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme especificado acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGO, **ou seja, até as 23:59 do dia 25 de abril de 2022**; e,
- iii. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

Para mais informações sobre como participar da Assembleia, a Companhia recomenda a consulta ao “Manual para a participação de acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022”, o qual está disponível nos websites abaixo:

1. Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.gov.br/cvm>);
2. B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/); e
3. Website de Relações com Investidores da Companhia: (<https://ri.mahle.com.br/comunicados-e-atas/assembleias-e-rca-rcf/>).

Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia via Plataforma Digital deverão acessar o website específico para a Assembleia https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=0875E0009ED6, preencher o seu

cadastro e anexar, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **25 de abril de 2022**, além do comprovante de titularidade de ações da Companhia emitido pelo custodiante, cópias dos seguintes documentos:

Para pessoas físicas:

- i. Documento de identidade com foto;

Para pessoas jurídicas:

- i. Documento de identidade com foto do representante legal; e
- ii. Última alteração do Estatuto Social ou Contrato Social consolidado e/ou os documentos societários e/ou procurações que comprovem os poderes de representação legal do acionista.

Para fundos de investimento:

- i. Documento de identidade com foto do representante legal;
- ii. Última alteração do regulamento consolidado do fundo; e
- iii. Última alteração do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador ou gestor e/ou procuração, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, dispensará a necessidade de envio de cópias autenticadas, bem como de notariação, consularização, apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos. Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhadas de tradução simples. A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital).

Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a Plataforma Digital por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

No caso de procurador/representante, o mesmo deverá realizar o cadastro com seus dados no website acima, e, após receber e-mail de confirmação de cadastro, deverá, através do *link* enviado para o e-mail informado no cadastro, indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de Acionista e de representação, nos termos acima mencionados. Importante destacar que o procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada Acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Nos termos do artigo 5º, §3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital por Acionistas (diretamente ou via procuradores) que não se cadastrarem no link acima e anexarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

Documentos à Disposição dos Acionistas:

O Edital de Convocação, o Manual de Participação nesta Assembleia e a Proposta da Administração contendo todas as informações exigidas pela regulamentação vigente para a participação e/ou o exercício do direito de voto estão à disposição dos acionistas para consulta **exclusivamente** na rede mundial de computadores (em conformidade com as disposições da LSA e da ICVM 481), conforme abaixo:

4. Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>);
5. B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/); e
6. Website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.mahle.com.br/>).

Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico relacoes.investidores@br.mahle.com, ou no website de Relações com Investidores (<https://ri.mahle.com.br/>).

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

I. AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes - previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, obtida na reunião do referido órgão, realizada em 08 de março de 2022, e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, inclusive nos termos mencionados no item III abaixo, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem detidamente esses documentos relativos ao exercício social de 2021 e, caso necessário, esclareçam previamente eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Considerando o acima, apresentamos como **ANEXO I** a presente proposta os comentários dos administradores acerca da situação financeira da Companhia.

Esses comentários têm por objetivo fornecer uma análise reflexiva, sob a ótica de seus administradores, de modo que os Acionistas tenham acesso ao contexto em que se inserem tais informações, para que a sua avaliação da situação financeira da Companhia seja a mais consistente possível.

Os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme determina o Art. 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/2009. As informações requeridas estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, localizado na Avenida. Ernst MAHLE, 2000, 13846-146, Mogi Guaçu – São Paulo – SP, e também disponibilizados na rede mundial de computadores nas páginas da Companhia (<https://ri.mahle.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/).

II. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

A Administração da Companhia propõe aos acionistas a análise e aprovação do orçamento de investimentos para o exercício de 2022, conforme artigo 196, §2º da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“IN CVM 480”), e nos termos do **ANEXO I** (item 10.10.a) da presente Proposta.

III. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O lucro líquido da Companhia, empresas controladas e controladas em conjunto apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 566,9 milhões (quinhentos e sessenta e seis milhões e novecentos mil reais).

A Companhia adota a forma de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (“Lei das S.A.”) é distribuído a título de dividendo obrigatório. A Administração da Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a título de juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 69,9 milhões (sessenta e nove milhões e novecentos mil reais), já deduzidos do montante da reserva legal de R\$ 28,3 milhões (vinte e oito milhões e trezentos mil reais).

O valor total dos juros sobre o capital próprio bruto por ação no exercício social de 2021 é igual à aproximadamente R\$ 0,55 (sessenta e sete centavos de real).

A Administração da Companhia submete à Assembleia, recomendando a sua aprovação, a seguinte destinação do lucro líquido, na forma prevista no Art. 27 do Estatuto Social da Companhia:

- a) Lucro Líquido do Exercício de 2021 – R\$ 566,9 milhões; b) Reserva Legal - destinação de 5 % do lucro líquido, ou seja, R\$ 28,3 milhões; c) juros sobre o capital próprio, declarados no decorrer de 2021, no montante de R\$ 69,9 milhões; e d) Saldo a ser mantido à reserva para expansão e modernização, no montante de R\$ 157,8 milhões, em face de investimentos futuros, conforme consta de orçamento preparado pela Administração a serem implementados nos próximos três anos.

As informações referentes à destinação do lucro líquido de 2021, ora dividendo mínimo obrigatório remanescente, ora proposto estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram amplamente divulgadas, nos termos da legislação vigente.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do 4º parágrafo do artigo 22 da Lei 6.404, serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Dessa forma, em 29 de maio de 2020, foi constituída reserva especial de dividendos no montante de R\$ 175,6 milhões, relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Diante dos impactos decorrentes da COVID-19 que ainda persistem em novas infecções em massa, de forma mais leve, mas que levam a restrições na produção, associada ao cenário macroeconômico instável (alta inflação, câmbio e contexto político brasileiro e mundial), a Administração da Companhia decidiu por recomendar a manutenção dos recursos retidos em tal reserva, cuja liberação será avaliada ao longo do exercício social corrente.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo “Anexo 9-1-II” da Instrução CVM nº 481/2009, estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no website da Companhia em sua seção de Relações com Investidores (<https://ri.mahle.com.br/>), no da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/) e, estão disponíveis na íntegra para consulta dos acionistas no **ANEXO II** da presente Proposta.

Nota: Conforme o Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, “sempre que a Assembleia Geral for convocada” a Companhia deverá fornecer, no mínimo, as informações solicitadas pelos Artigos 10 a 21 e Anexos da referida Instrução, ou ainda, informações pormenorizadas, visando o pleno entendimento dos atos societários pelos seus Acionistas e mercado em geral. Neste sentido, conforme o Calendário de Eventos Corporativos, o Edital de Convocação da Assembleia Geral será disponibilizado em 29/03/2021, juntamente, se existirem, com as referidas informações adicionais e complementares. Consequentemente, esta Proposta da Administração poderá ser ampliada, e reapresentada, aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral.

IV. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As indicações dos Acionistas Controladores para compor o Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024 constam no **ANEXO III** da presente Proposta, juntamente com as indicações recebidas pela Companhia e do acionista Trígono Capital Ltda, contemplando as informações requeridas no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009.

Destaca-se que nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A.

V. INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E A ELEIÇÃO DOS SEUS MEMBROS, RESPECTIVOS SUPLENTE E FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A Companhia não possui conselho fiscal permanente. Nos termos do Art. 161, § 2º da Lei 6.404/76 e do Art. 25 do Estatuto Social da Companhia vigente, o conselho fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, oportunidade em que serão eleitos os seus membros.

A Administração da Companhia informa que, além das respectivas indicações feitas pelos Acionistas Controladores, recebeu do acionista *Trígono Capital* a solicitação para a instalação do Conselho Fiscal e indicação de candidatos para compor este órgão, conforme consta no **ANEXO III** da presente Proposta.

Além disso, e, se instalado o Conselho Fiscal, a Administração propõe a aprovação da remuneração individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal, em montante correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída aos Diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do artigo 162 da LSA.

VI. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 9.093.164,66 nove milhões noventa e três mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 2.157.948,03 (dois milhões e cento e cinquenta e sete mil e novecentos e quarenta e oito reais e três centavos) correspondentes à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 6.935.216,63 (seis milhões e novecentos e trinta e cinco mil e duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas

pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores. O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2022 e março de 2023.

Considerando-se que a remuneração efetivamente paga aos membros dos órgãos da administração da Companhia somente é conhecida após o encerramento do período de seus respectivos mandatos (abril de 2022 a março de 2023), não há, no presente momento, base de informações que nos permita fazer a comparação entre os valores aprovados na proposta anterior vis-à-vis os efetivamente pagos. Tão logo os valores estejam fechados, será efetivada a comparabilidade requerida e imediatamente divulgada a presente Proposta antes da AGO prevista para 29 de abril de 2022.

Acerca da diferença da proposta de remuneração atual com a anterior, temos que tal diferença é decorrente da aplicação do índice de inflação, encargos previdenciários e outros reajustes contratuais.

As informações relacionadas à remuneração dos Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no Art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, estarão disponíveis também no seu website de Relações com Investidores (<https://ri.mahle.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/) e também, estão disponíveis na íntegra para consulta dos acionistas no **ANEXO IV** da presente Proposta.

ESCLARECIMENTOS

Além das informações constantes nesta Proposta da Administração e seus Anexos, os Acionistas da Companhia poderão ter acesso aos demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, conforme previsto no Art. 6º da Instrução CVM nº. 481/2009, a partir de 29/03/2018, na sede da Companhia, além de estarem disponíveis, a partir de 25/03/2022, no website da Companhia (<https://ri.mahle.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/), bem como poderão dirimir eventuais dúvidas por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através de mensagem eletrônica (relacoes.investidores@br.mahle.com) ou pelo telefone (+55 19 3861-9301), os quais, desde já, encontram-se à disposição de V.Sas. para atendê-los prontamente em todas as suas necessidades.

Cordialmente,

Peter Paul Wilhelm Grunow
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I**ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09****Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência****10. – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

Para os fins desta Proposta da Administração, entende-se por (i) mercado interno: as vendas no mercado brasileiro realizadas pela Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, bem como vendas no mercado argentino realizadas pela MAHLE Argentina S.A., e (ii) mercado externo: todas as demais vendas que não são consideradas no mercado interno.

Tendo em vista que certos valores foram arredondados, alguns valores inteiros constantes de algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem.

10.1. – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras apresentadas neste item refletem os dados relativos às demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, preparadas de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2021, o patrimônio líquido foi de R\$ 1.710,8 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 58,2%, significando um nível de condição financeira e patrimonial geral sólida para atuar em um ambiente altamente competitivo.

Com relação à dívida bruta, houve uma redução do volume de 52,5% (de R\$ 552,3 milhões para R\$ 262,4 milhões, em 2020 e 2021, respectivamente), devido, principalmente, a liquidação de operações entre os períodos.

Conforme tabela abaixo, ao final de 2021 o caixa líquido da Companhia foi de R\$ 246,4 milhões (posição ativa), ao passo que ao final de 2020 foi de R\$ 133,2 milhões (posição ativa). A participação no financiamento de longo prazo foi de 38,0%.

Posição líquida de Ativos e Passivos Financeiros (R\$ milhões)	31.12.2021 (a)	31.12.2020 (b)	Variação (a-b)	% Dívida (a)	% Dívida (b)
Caixa / bancos / aplicações financeiras / mútuo (i):	508,8	685,5	(176,7)		
Financiamentos (ii):	(262,4)	(552,3)	289,9	100%	100%
Curto prazo	(162,8)	(402,4)	239,6	62%	73%
Longo prazo	(99,6)	(149,9)	50,3	38%	27%
Posição líquida (i - ii):	246,4	133,2	113,2		

Deste modo, seu patrimônio líquido foi igual a 6,5 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo na mesma data, enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2021 e seu passivo circulante nessa mesma data, foi de 1,9 vezes.

Em 2020, o patrimônio líquido foi de R\$ 1.342,0 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 48,0%, significando um nível de condição financeira e patrimonial geral sólida para atuar em um ambiente altamente competitivo. Com relação à dívida bruta, houve um aumento do volume de 40,1% (de R\$ 394,1 milhões para R\$ 552,3 milhões, em 2019 e 2020, respectivamente), devido, principalmente, a adições de novas contratações realizadas no período. Ao final de 2020 o endividamento líquido da Companhia foi de R\$ 133,2 milhões (posição ativa), ao passo que ao

final de 2019 foi de R\$ 188,3 milhões (posição passiva). A participação no financiamento de longo prazo foi de 27,0%.

Posição líquida de Ativos e Passivos Financeiros (R\$ milhões)	31.12.2020 (a)	31.12.2019 (b)	Variação (a-b)	% Dívida (a)	% Dívida (b)
Caixa / bancos / aplicações financeiras / mútuo (i):	685,5	205,8	479,7		
Financiamentos (ii):	(552,3)	(394,1)	(158,2)	-100%	-100%
Curto prazo	(402,4)	(213,9)	(188,5)	-73%	-54%
Longo prazo	(149,9)	(180,2)	30,3	-27%	-46%

Deste modo, seu patrimônio líquido foi igual a 2,4 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo na mesma data, enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 e seu passivo circulante nessa mesma data, foi de 1,8 vezes.

Em 2019, o patrimônio líquido foi de R\$ 1.297,0 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 55,7%, significando um nível de condição financeira e patrimonial geral sólida para atuar em um ambiente altamente competitivo.

Com relação à dívida bruta, houve um aumento do volume de 35,2% (de R\$ 291,6 milhões para R\$ 394,2 milhões, em 2018 e 2019, respectivamente), devido, principalmente, a adições de novas contratações realizadas no período.

Ao final de 2019, a posição líquida de Ativos e Passivos Financeiros da Companhia era negativa em R\$ 188,3 milhões e, ao final de 2018, era negativa em R\$ 153,3 milhões. A participação no financiamento de longo prazo foi de 49,0%.

Posição líquida de Ativos e Passivos Financeiros (R\$ milhões)	31.12.2019 (a)	31.12.2018 (b)	Variação (a-b)	% Dívida (a)	% Dívida (b)
Financiamentos (i):	394,1	291,6	102,4	100%	100%
Curto prazo	213,9	160,4	53,6	54%	55%
Longo prazo	180,2	131,2	49,0	46%	45%
Caixa / bancos / aplicações financeiras / mútuo (ii):	(205,8)	(138,3)	(67,5)		
Posição líquida (i + ii):	188,3	153,3	35,1		

Deste modo, seu patrimônio líquido foi igual a 3,3 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo na mesma data, enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 e seu passivo circulante nessa mesma data, foi de 1,9 vezes.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Relação do Patrimônio Líquido versus Ativo total:	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo total (R\$ milhões)	2.941,0	2.796,6	2.327,7
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	1.710,8	1.342,0	1.297,0
Variação PL em relação ao período anterior (R\$ milhões)	368,8	45,0	-56,1
Variação PL em relação ao período anterior (%)	27,5%	3,5%	-4,1%
Nível de cobertura: PL x Ativo total	58,2%	48,0%	55,7%

Empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Curto prazo (R\$ milhões)	162,8	402,4	213,9
Curto prazo (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	-239,7	188,5	53,6
Curto prazo (variação em relação ao ano anterior - %)	-60%	88%	33,4%
Longo prazo (R\$ milhões)	99,6	149,9	180,2
Longo prazo (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	-50,3	-30,3	49,0
Longo prazo (variação em relação ao ano anterior - %)	-33,6%	-16,8%	37,3%
Total (R\$ milhões)	262,4	552,4	363,9
Curto prazo (%)	62,0%	72,9%	58,8%
Longo prazo (%)	38,0%	27,1%	49,5%

Capitalização total	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	1.710,8	1.342,0	1.297,0
Empréstimos e financiamentos (R\$ milhões)	262,4	552,4	363,9
Capitalização total da Companhia (R\$ milhões)	1.973,2	1.894,4	1.660,8
Capitalização total (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	78,8	233,5	-2,5
Capitalização total (variação em relação ao ano anterior - %)	4,2%	14,1%	-0,2%

O Estatuto Social da Companhia não prevê hipóteses de resgate das ações de sua emissão. Assim, além das hipóteses legalmente previstas, não há nesta data quaisquer outras possibilidades de resgate de ações de sua emissão.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as obrigações contratuais da Companhia previstas nos seus empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos e financiamentos de curto prazo eram de R\$ 162,8 milhões, e de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 361,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia somavam R\$ 402,4 milhões, sendo que na mesma data a Companhia possuía R\$ 607,8 milhões em caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia somavam R\$ 213,9 milhões, sendo que na mesma data a Companhia possuía R\$ 168,8 milhões em caixa e equivalentes de caixa.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$ 99,6 milhões, o que, somado aos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo, totalizavam R\$ 262,4 milhões em empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia acredita que suas disponibilidades e valores equivalentes, aliado à sua geração de caixa operacional, cujo saldo tem sido historicamente positivo, são suficientes para honrar seus compromissos financeiros nas suas respectivas datas de vencimento, bem como contratar novos financiamentos e aumentar o seu nível de endividamento caso opte por fazê-lo.

Da mesma forma, seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 era igual a 6,8 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2021 e seu passivo circulante naquela data, era de 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2020 patrimônio líquido era igual a 2,5 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2020 e

seu passivo circulante naquela data, era de 1,6 vezes. Em 2019 o patrimônio líquido era de 3,3 vezes o total geral dos empréstimos e o índice de liquidez eram de 1,9 vezes.

As tabelas a seguir mostram as principais obrigações contratuais da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2021 (em milhões de reais)					
Obrigação contratual	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	162,2	49,7	16,7	33,2	262,4
Total	162,8	49,7	16,7	33,2	262,4

Em 31 de dezembro de 2020 (em milhões de reais)					
Obrigação contratual	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	402,4	91,8	20,4	37,7	552,4
Total	402,4	91,8	20,4	37,7	552,4

Em 31 de dezembro de 2019 (em milhões de reais)					
Obrigação contratual	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	213,9	78,4	43,8	58,0	394,2
Total	219,9	78,4	43,8	58,0	394,2

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes

A geração de caixa operacional aliada aos empréstimos e financiamentos de longo prazo, particularmente os obtidos junto ao FINEP e bancos privados têm sido as principais fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes realizados pela Companhia. Para o curto prazo, a Companhia, entre junho e dezembro de 2021, tomou empréstimos em bancos comerciais de R\$ 123,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 99,6 milhões, redução de R\$ 50,3 milhões (33,6%), em comparação aos R\$ 149,9 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam o montante de R\$ 162,8 milhões, tendo diminuído R\$ 239,6 milhões (59,5%), em comparação aos R\$ 402,4 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2020. Esta redução decorreu pela amortização e transferência do longo prazo para o curto prazo com a consequente alteração no perfil do endividamento. A amortização ACC, NCE e 4131, com redução da participação dos financiamentos de curto prazo de 73% para 62%.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 149,9 milhões, redução de R\$ 30,3 milhões (16,8%), em comparação aos R\$ 180,2 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam o montante de R\$ 402,4 milhões, tendo aumento de R\$ 188,5 milhões (88,1%), em comparação aos R\$ 213,9 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento decorreu pela transferência do longo para o curto prazo com a consequente alteração no perfil do endividamento e contratação de linhas de ACC, NCE e 4131, com aumento da participação dos financiamentos de curto prazo de 54% para 73%.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 180,2 milhões, aumento de R\$ 49,0 milhões (33,4%), em comparação aos R\$ 131,2 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam o montante de R\$ 213,9 milhões, tendo aumento de R\$ 53,5 milhões (33,4%), em comparação aos R\$ 160,4 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento decorreu pela transferência do longo para o curto prazo, além contratação de ACC e NCE, culminando com aumento marginal na participação dos financiamentos de curto prazo de 55,0% para 54,2%.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia mantinha linhas de NCE e ACC em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 125,6 milhões, além de linhas da FINEP (I e II) totalizando R\$ 136,8 milhões.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 99,6 milhões contra R\$ 149,9 milhões em 2020. No curto prazo, em 2021, a Companhia possuía R\$ 162,8 milhões em empréstimos e financiamentos. O custo financeiro médio destes financiamentos é de 3,01%.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro totalizavam R\$ 262,4 milhões, saldo este composto por:

R\$ 61,5 milhões – FINEP. Com custo financeiro de TJLP + 5% a.a. - 6% a.a.

36 meses de carência de principal e 96 pagamentos mensais a começar em 15 de agosto de 2017, sendo o último pagamento em 15 de fevereiro de 2024.

R\$ 75,2 milhões – FINEP II. Com custo financeiro de TJLP + 5% a.a. - 5% a.a.

36 meses de carência de principal e 109 pagamentos mensais a começar em 15 de dezembro de 2021, sendo o último pagamento em 15 de dezembro de 2030.

EUR 17,8 milhões - NCE com média de custo de 0,98% a.a. equivalente a R\$ 112,9 milhões.

Contratação entre junho e dezembro de 2021, com vencimentos junho de 2022.

EUR 2,0 milhões – ACC com média de custo de 1,05% a.a. equivalente a R\$ 12,7 milhões.

Contratação em julho de 2021, com vencimentos junho de 2022.

Cláusulas restritivas (covenants)

FINEP – Este financiamento está garantido por fiança bancária com vencimento em 15 de fevereiro de 2024. Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitado a ampla defesa

da Companhia) assim com perda dos valores de equalização entre elas: Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato; alteração do controle efetivo da Companhia; existência de mora em qualquer quantia paga ao FINEP; inexatidão das informações prestadas a FINEP pela Companhia; paralisação do projeto.

Mantem-se ativo o contrato junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no valor de R\$ 182,3 milhões, como forma de apoio a estratégia de inovação da Companhia, contemplando desenvolvimento de novos produtos e processos. Esses recursos foram desembolsados pela FINEP em parcelas em horizonte temporal de três anos a contar da data da assinatura do contrato. Em setembro de 2014 foi liberada a primeira tranche no valor de R\$ 30,4 milhões, em setembro de 2015 ocorreu outra liberação de R\$ 30,4 milhões, em fevereiro de 2017 ocorreu mais uma liberação de R\$ 30,4 milhões e em julho de 2017 recebemos o saldo do contrato, gerando uma liberação de R\$ 91,1 milhões, totalizando R\$ 182,3 milhões. O prazo de carência é de 36 meses e o principal será pago em 79 parcelas sendo a primeira em agosto de 2017 e a última em fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro o saldo deste contrato estava em R\$ 61,5 milhões. O custo financeiro desse financiamento tem como base de taxa de juros a TJLP (até 31 de dezembro em 5,32% a.a.) acrescida de um spread bancário de 5% a.a. reduzida de equalização de 6% a.a.

FINEP II – Este financiamento está garantido por fiança bancária com vencimento em 03 de novembro de 2022. Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitado a ampla defesa da Companhia) assim com perda dos valores de equalização entre elas: Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato; alteração do controle efetivo da Companhia; existência de mora em qualquer quantia paga ao FINEP; inexatidão das informações prestadas a FINEP pela Companhia; paralisação do projeto.

Mantem-se ativo o contrato junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no valor de R\$ 75,9 milhões, como forma de apoio a estratégia de inovação da Companhia, contemplando desenvolvimento de novos produtos e processos. Em janeiro de 2019 foi liberado o valor de R\$ 75,9 milhões. O prazo de carência é de 36 meses e o principal será pago em 109 parcelas sendo a primeira em 15 de dezembro de 2021 e a última em 15 de dezembro de 2030. Em 31 de dezembro o saldo deste contrato estava em R\$ 75,2 milhões. O custo financeiro desse financiamento tem como base de taxa de juros a TJLP (até 31 de dezembro em 5,32% a.a.) acrescida de um spread bancário de 5% a.a. reduzida de equalização de 5% a.a.

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia ou subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos 3 últimos exercícios sociais, razão pela qual os diretores não comentam a respeito.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites pré-estabelecidos para linhas de financiamento em geral.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas a seguir contêm informações extraídas dos balanços patrimoniais da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)						
ATIVO	31.12.21		31.12.20		31.12.19	
	2.941,0	AV% (a)	2.796,6	AV% (b)	2.327,7	AV% (c)
Circulante	1.601,4	54,5%	1.579,0	56,5%	1.096,8	47,1%
Caixa e equivalentes de caixa	43,4	1,5%	89,4	3,2%	80,7	3,5%
Aplicações Financeiras	317,7	10,8%	518,4	18,5%	88,1	3,8%
Contas a Receber	567,1	19,3%	465,1	16,6%	394,3	16,9%
Estoques	513,3	17,5%	368,9	13,2%	396,1	17,0%
Tributos a Recuperar	54,9	1,9%	52,1	1,9%	45,9	2,0%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	69,9	2,4%	52,7	1,9%	60,2	2,6%
Outros Ativos	35,1	1,2%	32,4	1,2%	31,5	1,3%
Não circulante	1.339,6	45,5%	1.217,6	43,5%	1.230,9	52,9%
Tributos Diferidos	14,5	0,5%	62,1	2,2%	1,8	0,1%
Empréstimos com partes relacionadas	147,7	5,0%	77,7	2,8%	37,0	1,6%
Tributos a Recuperar	133,2	4,5%	17,8	0,6%	17,2	0,7%
Investimentos	-	0,00%	0,2	0,01%	0,3	0,01%
Bens destinados a venda	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Imobilizado	617,8	21,0%	621,9	22,2%	641,1	27,5%
Ativos de direito de uso	8,0	0,3%	13,7	0,5%	23,0	1,0%
Intangível	391,3	13,3%	392,0	14,0%	469,6	20,2%
Outros ativos	27,1	0,9%	32,2	1,2%	40,9	1,8%
PASSIVO	2.941,0	AV% (a)	2.796,6	AV% (b)	2.327,7	AV% (c)
Circulante	844,0	28,7%	1.016,8	36,4%	587,1	25,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	101,5	3,5%	64,4	2,3%	67,6	2,9%
Fornecedores	280,4	9,5%	290,0	10,4%	149,5	6,4%
Passivos de arrendamento	9,4	0,3%	9,3	0,3%	8,8	0,4%
Impostos e contribuições a recolher	35,0	1,2%	40,9	1,5%	37,7	1,6%
Empréstimos e financiamentos	162,8	5,5%	402,4	14,4%	213,9	9,2%
Provisões	61,0	2,1%	47,8	1,7%	45,6	2,0%
Outros passivos	193,9	6,6%	162,0	5,8%	64,1	2,8%
Não circulante	386,2	13,1%	437,8	15,7%	443,6	19,1%
Empréstimos e financiamentos	99,6	3,4%	149,9	5,4%	180,2	7,7%
Tributos diferidos	14,9	0,5%	1,3	0,0%	3,1	0,1%
Provisões	266,6	9,1%	274,6	9,8%	235,3	10,1%
Passivos de arrendamento	0,5	0,0%	6,3	0,2%	16,2	0,7%
Outros passivos	4,6	0,2%	5,7	0,2%	8,8	0,5%
Patrimônio líquido consolidado	1.710,8	58,2%	1.342,0	48,0%	1.297,0	55,7%
Capital social realizado	966,3	32,9%	966,3	34,6%	966,3	41,5%
Reservas de lucros	342,6	11,6%	314,3	11,2%	308,0	13,2%
Dividendos adicionais propostos	580,0	19,7%	224,2	8,0%	175,6	7,5%
Ajustes de avaliação patrimonial	28,4	1,0%	20,9	0,7%	36,6	1,6%
Ajustes acumulados de conversão	(202,5)	-6,9%	(177,7)	-6,4%	(182,9)	-7,9%
Participação dos acionistas não controladores	(4,0)	-0,1%	(6,0)	-0,2%	(6,6)	-0,2%

A seguir estão descritas as principais variações nas contas patrimoniais.

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo circulante consolidado era de R\$ 1.601,4 milhões, apresentando um aumento de R\$ 22,4 milhões, ou 1,4%, quando comparado com R\$ 1.579,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 144,4 milhões de aumento nos “Estoques”, ou 39,1%;
- R\$ 102,0 milhões de aumento das “Contas a Receber” ou 21,9%;
- R\$ 46,0 milhões de redução de “Caixa e equivalentes de caixa”, ou -51,5%;
- R\$ 200,7 milhões de redução nas “Aplicações Financeiras”, ou -38,7%;

Em 31 de dezembro de 2020 o ativo circulante consolidado era de R\$ 1.579,0 milhões, apresentando um aumento de R\$ 482,2 milhões, ou 44,0%, quando comparado com R\$ 1.096,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 430,3 milhões de aumento nas “Aplicações Financeiras”, ou 488,4%;
- R\$ 70,8 milhões de redução das “Contas a Receber” ou -18,0%;
- R\$ 8,7 milhões de aumento Caixa e equivalentes de caixa, ou 10,8%;
- R\$ 6,2 milhões de redução em “Tributos a recuperar”, ou -13,5%.

Em 31 de dezembro de 2019 o ativo circulante consolidado era de R\$ 1.096,8 milhões, apresentando uma redução de R\$ 9,6 milhões, ou -0,9%, quando comparado com R\$ 1.106,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 41,0 milhões de aumento Caixa e equivalentes de caixa, ou 103,3%;
- R\$ 30,2 milhões de aumento nas “Aplicações Financeiras”, ou 52,2%;
- R\$ 43,3 milhões de redução das “Contas a Receber” ou -9,9%;
- R\$ 33,7 milhões de redução em “Tributos a recuperar”, ou -42,3%.

Ativo não-circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante consolidado apresentou um crescimento de R\$ 122,0 milhões (+10,0%), passando de R\$ 1.217,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.339,6. Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 115,4 milhões de redução no “Tributos a Recuperar”, ou 648,3%.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante consolidado apresentou uma redução de R\$ 13,3 milhões (-1,1%), passando de R\$ 1.230,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.217,6. Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 77,6 milhões de redução no “Intangível”, ou -21,3%.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante consolidado apresentou um aumento de R\$ 21,1 milhões (1,7%), passando de R\$ 1.209,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.230,9. Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 11,5 milhões de redução nos “Tributos Diferidos”, ou -86,5%.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia reduziu em R\$ 172,8 milhões, ou -17,0%, passando de R\$ 1.016,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 844,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é explicada principalmente por:

- R\$ 37,1 milhões de aumento na conta de “Obrigações sociais e trabalhistas”, ou 57,6%;
- R\$ 239,6 milhões de redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”, ou -59,4%.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia aumentou R\$ 429,7 milhões, ou 73,2%, passando de R\$ 587,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.016,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é explicada principalmente por:

- R\$ 188,5 milhões de redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”, ou 88,1%;
- R\$ 140,5 milhões de redução na conta de “Fornecedores”, ou 94,0%.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia aumentou R\$ 25,7 milhões, ou 4,6%, passando de R\$ 561,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 587,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é explicada principalmente por:

- R\$ 129,4 milhões de redução na conta de “Obrigações sociais e trabalhistas”, ou -17,9%.

Passivo não-circulante

Em 2021, passivo não circulante da Companhia reduziu em R\$ 51,6 milhões (-11,8%), passando de R\$ 438,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 386,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é explicada principalmente por:

- R\$ 50,3 milhões de redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”, ou -33,6%.

Em 2020, passivo não circulante da Companhia reduziu em R\$ 5,8 milhões (-1,3%), passando de R\$ 443,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 437,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é explicada principalmente por:

- R\$ 30,3 milhões de redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”, ou -16,8%.

Em 2019, passivo não circulante da Companhia aumentou em R\$ 41,9 milhões (10,4%), passando de R\$ 401,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 443,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é explicada principalmente por:

- R\$ 49,0 milhões de aumento na conta de “Empréstimos e financiamentos”, ou 37,3%.

Patrimônio Líquido

Relação do Patrimônio Líquido versus Ativo total:	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	1.710,8	1.342,0	1.297,0
Variação PL em relação ao período anterior (R\$ milhões)	368,8	45,0	-56,1
Variação PL em relação ao período anterior (%)	27,5%	3,5%	-4,1%

10.2. - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Quase a totalidade da receita operacional líquida de vendas da Companhia (90,7%, 85,8%, e 89,1% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente) advém da venda de componentes para motores. O restante é proveniente da venda de filtros automotores.

As tabelas a seguir contêm informações extraídas das demonstrações de resultados da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (CONSOLIDADO)						
	31.12.21	AV% (a)	31.12.20	AV% (b)	31.12.19	AV% (c)
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	3.615,1	100,0%	2.402,6	100,0%	2.526,2	100,0%
Custos das vendas	(2.620,8)	-72,5%	(1.775,6)	-73,9%	(1.885,9)	-74,7%
Resultado bruto	994,3	27,5%	627,0	26,1%	640,3	25,3%
Despesas/receitas operacionais	(271,6)	-7,5%	(433,4)	-18,0%	(294,9)	-11,7%
Despesas com vendas	(236,0)	-6,5%	(166,8)	-6,9%	(165,3)	-6,5%
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	3,7	0,1%	0,9	0,0%	(1,6)	-0,1%
Despesas gerais e administrativas	(109,8)	-3,0%	(95,4)	-4,0%	(85,7)	-3,4%
Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos	(51,5)	-1,4%	(64,1)	-2,7%	(83,7)	-3,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	74,6	2,1%	(148,0)	-6,2%	(6,8)	-0,3%
Ganhos/perdas na posição monetária líquida	44,1	1,2%	40,1	1,7%	48,4	1,9%
Resultado de equivalência patrimonial	3,3	0,1%	(0,1)	0,0%	(0,2)	-0,01%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	722,7	20,0%	193,6	8,1%	345,4	13,6%
Receitas financeiras	178,1	4,9%	216,3	9,0%	115,9	4,6%
Despesas financeiras	(187,0)	-5,2%	(302,3)	-12,6%	(157,3)	-6,2%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	713,8	19,7%	107,6	4,5%	304,0	12,0%
Corrente	(89,6)	-2,5%	(38,3)	-1,6%	(38,6)	-1,5%
Diferido	(57,5)	-1,6%	52,9	2,2%	(9,6)	-0,4%
Lucro líquido do período de operação continuada	566,7	15,7%	122,2	5,1%	255,8	10,1%
Prejuízo de operações descontinuadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Lucro líquido do período	566,7	15,7%	122,2	5,1%	255,8	10,1%
Participação dos acionistas da Companhia	566,9	15,7%	124,5	5,2%	259,0	10,2%
Participação dos acionistas não controladores	(0,2)	0,0%	(2,3)	-0,1%	(3,2)	-0,1%
Lucro líquido básico/diluído por ação (em Reais)	4,41793		0,97053		2,01883	

Em 2021 o Lucro Líquido atingiu R\$ 566,9 milhões (R\$ 124,5 milhões em 2020), o que representa um aumento de 355,3% entre os períodos apurados, enquanto a margem líquida em 2020 foi de 15,7% e 5,2% em 2020.

Em 2020 o Lucro Líquido atingiu R\$ 124,5 milhões (R\$ 259,0 milhões em 2019), o que representa uma redução de 51,9% entre os períodos apurados, enquanto a margem líquida em 2019 foi de 5,2% e 10,2% em 2019.

Em 2019 o Lucro Líquido atingiu R\$ 259,0 milhões (R\$ 291,7 milhões em 2018), o que representa uma redução de 11,2% entre os períodos apurados, enquanto a margem líquida em 2019 foi de 11,3% e 11,2% em 2018.

A seguir estão descritas as principais variações nas contas de resultados da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Em 2021, quando comparado com 2020, a Companhia apresentou crescimento de 50,5% na receita líquida, resultado dos desempenhos positivos das vendas no mercado de Aftermarket (+45,5%), pelo mercado de EO Doméstico (+62,8%) e mercado EO Exportação (+47,0%).

Receita líquida por mercado (R\$ milhões)		2021 (a)	Volume/Preço (b)	Variação cambial (c)	2020 (d)	% Impacto volume/preço (b/d)	% Impacto Var. cambial (c/d)	A.H. (%) (a/d)
Equipamento original	Doméstico ¹	1.002,3	398,6	(12,1)	615,8	64,7%	-1,9%	62,8%
	Exportação	1.261,5	199,7	203,7	858,1	23,3%	23,7%	47,0%
	Subtotal	2.263,8	598,3	191,6	1.473,9	40,6%	13,0%	53,6%
Aftermarket	Doméstico ¹	1.051,2	367,5	(61,9)	745,6	49,3%	-8,3%	41,0%
	Exportação	300,1	108,2	8,8	183,1	59,1%	4,8%	63,9%
	Subtotal	1.351,3	475,7	(53,1)	928,7	51,2%	-5,7%	45,5%
Total		3.615,1	1.074,0	138,5	2.402,6	44,7%	5,8%	50,5%

¹ Mercado Doméstico é considerado Brasil e Argentina.

Em 2020 a receita líquida da Companhia apresentou queda de 4,9%, quando comparado com o ano de 2019, resultado dos desempenhos positivos das vendas no mercado de Aftermarket (+7,0%), compensado pelo mercado de EO Exportação (-3,9%) e mercado EO Doméstico (-19,6%).

Em 2019, a receita líquida, quando comparada com o ano de 2018, apresentou redução de 2,5%, atingindo R\$ 2.526,2 milhões. Tal resultado deveu-se ao desempenho dos mercados de peças para reposição local – “Aftermarket” (+6,9%), equipamento original local “EO” (+5,3%), de peças para reposição exportação – “Aftermarket” (-1,5%), e mercado equipamento original exportação “EO” (-14,0%).

Vendas ao mercado interno de equipamento original

Em 2021, O desempenho nas vendas da MAHLE Metal Leve é decorrente da recuperação do mercado, com crescimento significativo quando comparado com a produção de veículos em 2021, principalmente no segmento de veículos pesados. As vendas para o mercado de reposição (OES) também tiveram uma importante contribuição para o aumento das vendas, aliado aos ganhos decorrentes do aumento de *market share*.

Em 2020, a Companhia apresentou receita de R\$ 615,8 milhões (R\$ 766,0 milhões em 2019), o que representa uma redução de 19,6%, sendo que a receita deste mercado representou 25,6% em relação ao total de receitas da Companhia em 2020 (30,4% em 2019). No ano, o principal fator que impactou as vendas ao mercado interno foram os efeitos da pandemia do COVID-19 na sociedade e economia brasileiras, sobretudo, após o advento da quarentena, o que acarretou o fechamento de fábricas em toda a cadeia de suprimentos, inclusive dos nossos clientes, o chamado “Shutdown”.

Em 2019, a Companhia apresentou receita de R\$ 766,0 milhões (R\$ 727,4 milhões em 2018), o que representa aumento de 5,3%, sendo que a receita deste mercado representou 30,4% em relação ao total de receitas da Companhia em 2019 (28,1% em 2018).

Vendas ao mercado interno de Aftermarket

Em 2021, O desempenho é decorrente do movimento de mercado, através do aumento da demanda e recomposição dos estoques dos distribuidores, que observaram em 2021 um ambiente melhor, quando comparado com 2020, com destaque para a demanda na linha pesada. Vale mencionar que, as vendas dos nossos clientes (distribuidores) foram afetadas em um menor nível

pela crise do Covid-19, e como eles reduziram as compras durante o período mais crítico da pandemia, precisaram recompor estoques. Notadamente, a Companhia é líder no mercado de reposição através do reconhecimento da marca, pelo mix e qualidade de seus produtos, dentre outros.

Em 2020, a Companhia apresentou receita de R\$ 745,6 milhões (R\$ 674,1 milhões em 2019), o que representa um aumento de 10,6%, sendo que a receita deste mercado representou 31,0% em relação ao total de receitas da Companhia em 2020 (26,7% em 2017). Em 2020 o principal fator que impactou as vendas ao mercado interno foram os efeitos da pandemia do COVID-19 na sociedade e economia, pois na tentativa de reduzir a velocidade do contágio, os Governos decretaram o fechamento dos pontos de vendas, afetando a cadeias de distribuição e como consequência, já partir da segunda quinzena do mês de março, o mercado começou a sentir seus efeitos, sendo que o pico de queda do faturamento ocorreu no mês de abril e já no de maio o faturamento começou a apresentar, mesmo que leve, uma trajetória de recuperação, portanto, durante o período este mercado ainda foi impactado pela queda na confiança do consumidor, e como consequência, a cadeia de varejo apresentou reduções nas compras. Depois de um início de ano com adversidades devido aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Companhia começou a apresentar uma recuperação neste mercado, a partir do segundo semestre devido à demanda do mercado.

Em 2019, a Companhia apresentou receita de R\$ 674,1 milhões (R\$ 630,6 milhões em 2018), o que representa um aumento de 6,9%, sendo que a receita deste mercado representou 26,7% em relação ao total de receitas da Companhia em 2019 (24,3% em 2018).

Vendas ao mercado externo de equipamento original

Em 2021, O desempenho nas vendas da MAHLE Metal Leve é decorrente da recuperação do mercado, com crescimento significativo quando comprado com a produção de veículos em 2021, principalmente no segmento de veículos pesados. As vendas para o mercado de reposição (OES) também tiveram uma importante contribuição para o aumento das vendas, aliado aos ganhos decorrentes do aumento de *market share*.

Em 2020, a Companhia apresentou receita de R\$ 858,1 milhões (R\$ 892,5 milhões em 2019), o que representa uma redução de 3,9%, sendo que a receita deste mercado representou 35,7% em relação ao total de receitas da Companhia em 2020 (35,3% em 2019). O principal fator que impactou as vendas ao mercado externo foi o cenário de pandemia do COVID-19 que se apresentou ao mundo, com impactos, inicialmente, nos nossos principais mercados de atuação fora do País. A Companhia continua monitorando a situação Global com a nova onda de contágios do COVID-19 em alguns países.

Em 2019, a Companhia apresentou receita de R\$ 892,5 milhões (R\$ 1.037,2 milhões em 2018), o que representa uma redução de 14,0%, sendo que a receita deste mercado representou 35,4% em relação ao total de receitas da Companhia em 2019 (40,0% em 2018).

Vendas ao mercado externo de Aftermarket

Em 2021, O desempenho é decorrente do movimento de mercado, através do aumento da demanda e recomposição dos estoques dos distribuidores, que observaram em 2021 um ambiente melhor, quando comparado com 2020, com destaque para a demanda na linha pesada. Vale mencionar que, as vendas dos nossos clientes (distribuidores) foram afetadas em um menor nível pela crise do Covid-19, e como eles reduziram as compras durante o período mais crítico da pandemia, precisaram recompor estoques. Notadamente, a Companhia é líder no mercado de

reposição através do reconhecimento da marca, pelo mix e qualidade de seus produtos, dentre outros.

Em 2020, a Companhia apresentou receita de R\$ 183,1 milhões (R\$ 193,6 milhões em 2019), o que representa uma redução de 5,4%, sendo que a receita deste mercado representou 7,7% em relação ao total de receitas da Companhia em 2020 (7,6% em 2019). O desempenho foi impactado pela pandemia do COVID-19 e com recuperação mais lenta que os demais mercados, e apesar da variação cambial favorável para as exportações.

Em 2019, a Companhia apresentou receita de R\$ 193,6 milhões (R\$ 196,5 milhões em 2018), o que representa uma redução de 1,5%, sendo que a receita deste mercado representou 7,6% em relação ao total de receitas da Companhia em 2019 (mesmo % em 2018).

Custo das vendas

Ao longo do ano de 2021 verificou-se aumentos de preços recorrentes nas matérias-primas e insumos em toda a cadeia de suprimentos. Por este motivo, é de suma importância o relacionamento transparente com os fornecedores e clientes, de forma a proporcionar um ambiente mais confortável para as partes. Um trabalho estruturado e metódico para formação de preços ajuda a superar as adversidades. Importante também as atividades e ideias para aumento de produtividade, que podem ser usadas para compensar parcialmente esses aumentos de custos.

Em 2020, o custo das vendas consolidado, reduziu em R\$ 123,6 milhões, ou -4,9%, passando de R\$ 1.885,9 milhões em 2019 para R\$ 1.775,6 milhões em 2020. Há que se considerar que a queda no volume de vendas no acumulado do ano foi impactada pela pandemia do COVID-19, ocasionando, inclusive um regime de quarentena mais rígido, com fechamento de plantas dos nossos clientes. A própria a Companhia, diante da gravidade do tema e de fatos imprevisíveis e absolutamente fora de seu controle, atendendo protocolos sanitários rigorosos, adotou o regime de férias coletivas e/ou seletivas, em todas as suas unidades no Brasil, com início na semana do dia 23 de março, sendo que esta interrupção perdurou até a semana de 13 de abril de 2020 a 18 de abril de 2020, variando conforme a unidade de negócios, de acordo com a evolução da situação. Em decorrência desta situação, houve uma redução da utilização da capacidade ao final do primeiro trimestre e durante o segundo trimestre de 2020, o que gerou um impacto no cálculo da ociosidade devido ao baixo volume de produção, e, portanto, foi contabilizado um montante de R\$ 66,3 milhões nos custos das vendas. Importante mencionar ainda que foi contabilizado um montante de R\$ 40,6 milhões na rubrica custos das vendas, referente à provisão para perdas com intangível (impairment da descontinuidade do desenvolvimento do projeto denominado MBE2). Não fosse este evento, a margem bruta teria sido de 27,8% em 2020 (25,3% em 2019). Todavia, a partir do segundo semestre deste ano, os nossos mercados de atuação, notadamente o Aftermarket, voltaram a apresentar recuperação contribuindo para alcançarmos a margem bruta em níveis pré-pandemia.

Em 2019, o custo das vendas consolidado, reduziu em R\$ 15,7 milhões, ou -0,8%, passando de R\$ 1.901,6 milhões em 2018 para R\$ 1.885,9 milhões em 2019. A margem bruta registrou queda de 1,3 p.p. em relação ao ano anterior. Há que se destacar que 2019 operou o ano todo sem a desoneração da folha de pagamentos, de forma a impactar negativamente, quando comparados os períodos, o resultado bruto da Companhia, e, portanto, a queda na margem bruta.

Receitas e despesas operacionais

Despesas com vendas

Em 2021 as despesas com vendas e distribuição: os responsáveis pelo aumento foram os fretes e gastos variáveis com vendas, levando em consideração que a receita líquida de vendas cresceu 50,5% em 2021.

Despesas gerais e administrativas: o principal motivo foi o aumento das despesas com manutenção, materiais e utilidades.

Em 2020 as despesas com vendas corresponderam a 6,9% da receita, sendo que os principais impactos refletiram os efeitos de adequações de estrutura organizacional.

Em 2019 as despesas com vendas corresponderam a 6,5% da receita, assim como em 2018. Do ponto de vista nominal, houve uma redução das despesas com vendas, reflexo do esforço nas iniciativas de ganho de produtividade também nas áreas indiretas da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

Em 2021 as despesas gerais e administrativas foram impactadas, principalmente, pelo aumento das despesas com manutenção, materiais e utilidades.

Em 2020 as despesas gerais e administrativas representaram 4,0% da receita (3,4% em 2019). E foi verificado impactos de adequações de estrutura organizacional.

Em 2019 as despesas gerais e administrativas representaram 3,4% da receita, contra 3,6% em 2018. Trata-se do reflexo do esforço nas iniciativas de ganho de produtividade também nas áreas indiretas da Companhia.

Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos

Ao longo de 2021, em função do cenário de pandemia, a Companhia optou, no que diz respeito às despesas com P&D, focar no desenvolvimento de produtos de rápida aplicação e/ou comercialização. O domínio de novas tecnologias cria um ambiente que nos permite continuar a fornecer componentes que ajudam nossos clientes a atingir seu objetivo de reduzir as emissões de gases poluentes (gases de efeito estufa). Além de tecnologia e desenvolvimento de produtos, a empresa também fornece serviços de desenvolvimento, refinamento e testes de motores para seus clientes e todo o mercado. O setor em que a empresa atua é altamente competitivo, por isso possui altas exigências de inovação tecnológica, e se destaca no setor por seu foco e atuação no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias.

Em 2020 esta despesa correspondeu a 2,7% da receita líquida de vendas, enquanto em 2019 correspondeu a 3,3%. A redução nos níveis desta despesa em função dos impactos da pandemia – em momentos da quarentena, as atividades relacionadas foram suspensas ou sofreram atrasos em relação ao cronograma original.

Em 2019 esta despesa correspondeu a 3,3% da receita líquida de vendas, enquanto em 2018 correspondeu a 3,1%. Com foco na abordagem de negócios, a Companhia identifica e viabiliza oportunidades para seus produtos e serviços, com foco em habilidades e competências alinhadas às tendências do mercado. Desta forma, é de fundamental importância à manutenção de sua trajetória de investimentos em P&D, com foco em inovações tecnológicas que envolvem desenvolvimentos em parceria com clientes, com o registro de patentes e lançamento de novos produtos no mercado.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas registraram em 2021 receita líquida de R\$ 74,6 milhões, ao passo que em 2020, este grupo registrou despesa líquida de R\$ 148,0 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (R\$ milhões)	2021 (a)	2020 (b)	Var. (a-b)
¹ Crédito de impostos (ICMS sobre a base do PIS e COFINS)	96,7	-	96,7
² Provisão para perdas com intangível (impairment)	-	(74,4)	74,4
³ Provisão/reversão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	1,7	(65,1)	66,8
Provisão/reversão para obsolescência	1,3	(1,4)	2,7
Provisão para reestruturação	0,8	(1,3)	2,1
Despesas com exportação (Argentina)	(7,7)	(8,1)	0,4
Impostos recuperados (Reintegra)	1,0	0,7	0,3
Ganho/perda na alienação de bens/outros	(0,1)	0,4	(0,5)
Baixa investimento - <i>Innoferm</i>	(3,1)	-	(3,1)
Provisão/reversão para perdas com produtos	(1,9)	1,8	(3,7)
Reversão empréstimo compulsório	-	4,3	(4,3)
Provisão para passivo ambiental	(20,0)	(2,5)	(17,5)
Outras receitas/despesas	5,9	(2,4)	8,3
Total outras receitas e despesas operacionais, líquidas	74,6	(148,0)	222,6

¹ Receita não recorrente oriunda: Créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

² Despesa não recorrente oriunda: do impairment na recuperabilidade do ativo "ágio" da controlada MAHLE Argentina S.A. e impairment do MBE2, ambos em 2020;

³ Variação positiva na rubrica "Provisão/reversão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias" decorrente, principalmente de decisões favoráveis que tivemos em processos.

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas registraram em 2020 despesa líquida de R\$ 148,0 milhões, ao passo que em 2019, este grupo registrou despesa líquida de R\$ 6,8 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (R\$ milhões)	2020 (c)	2019 (d)	Var. (c-d)
Despesas com exportação (Argentina)	(8,1)	(12,5)	4,4
Reversão empréstimo compulsório	4,3	-	4,3
Provisão/reversão para perdas com produtos	1,8	(1,8)	3,6
Provisão/reversão para passivo ambiental	(2,5)	(5,2)	2,7
Energia elétrica	1,3	1,0	0,3
Impostos recuperados (Reintegra)	0,7	0,7	(0,0)
Provisão/reversão para obsolescência	(1,4)	(0,1)	(1,3)
Provisão/reversão para reestruturação	(1,3)	-	(1,3)
Ganho/perda na alienação de bens/outros	0,4	2,1	(1,7)
² Provisão/reversão para contingências trabalhistas, cíveis e tributária	(65,1)	10,7	(75,8)
¹ Provisão para perdas com intangível (impairment)	(74,4)	-	(74,4)
Outras receitas/despesas	(3,7)	(1,7)	(2,0)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(148,0)	(6,8)	(141,2)

¹ Despesas não recorrentes oriundas: da provisão para perdas com intangível (*impairment* da descontinuidade do desenvolvimento do projeto denominado MBE2); – com impacto de R\$ 45,1 milhões; e provisão para perdas com intangível (*impairment* da controlada MAHLE Argentina S.A.) – com impacto de R\$ 29,2 milhões.

² Variação negativa na rubrica "Provisão/reversão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias", em sua maior parte impactada pelas contingências trabalhistas, principalmente pelos seguintes motivos: (i) reduzido montante de reversões em função da redução das atividades dos tribunais judiciais no início do mês de março de 2020, decorrente da pandemia; (ii) as reversões do período anterior utilizadas como comparação foram acima da média histórica da Companhia;

Em 2019, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas registraram, despesa líquida de R\$ 6,8 milhões, enquanto em 2018, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas registraram receita líquida de R\$ 8,8 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (R\$ milhões)	2019	2018	Var.
	(a)	(b)	(a-b)
Provisão/reversão para contingências trabalhistas, cíveis e tributária	10,7	(4,6)	15,3
Ganho/perda na alienação de bens/outros	2,1	(7,5)	9,6
Provisão/reversão para perdas com produtos	(1,8)	(2,2)	0,4
Provisão para reestruturação	-	0,2	(0,2)
Energia elétrica	1,0	2,8	(1,8)
Ganhos de alienação dos ativos da controlada MAHLE Hirschvogel Forjas S.A.	-	2,7	(2,7)
Provisão/reversão para passivo ambiental	(5,2)	(2,2)	(3,0)
Provisão/reversão para obsolescência	(0,1)	8,4	(8,5)
Impostos recuperados (Reintegra)	0,7	12,2	(11,5)
Despesas com exportação (Argentina)	(12,5)	-	(12,5)
Outras receitas/despesas	(1,7)	(1,0)	(0,7)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6,8)	8,8	(15,6)

A variação positiva na rubrica "Provisão/reversão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias" é decorrente, principalmente de decisões favoráveis que tivemos em processos.

Resultado Operacional medido pelo EBITDA

Em 2021, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 823,1 milhões (R\$ 296,2 milhões em 2020), registrando margem EBITDA ajustada de 22,8% (12,3% em 2020). O quadro abaixo demonstra as variações nas contas que compõem o resultado operacional entre os períodos:

Variações no período	Montante	Margem
EBITDA 2020	296,2	12,3%
Resultado bruto	367,3	
Despesas com vendas e distribuição	(66,4)	
Despesas gerais e administrativas	(14,4)	
Despesas com desenvolvimento e tecnologia	12,6	
Outras receitas / despesas operacionais	222,6	
Resultado de equivalência patrimonial	3,4	
Ganhos/perdas na posição monetária líquida	4,0	
Depreciação	(2,2)	
EBITDA 2021	823,1	22,8%
Créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	(96,7)	
EBITDA ajustado 2021	726,4	20,1%

Em 2020, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 412,4 milhões (R\$ 440,8 milhões em 2019), registrando margem EBITDA ajustada de 17,2% (17,4% em 2019). O quadro abaixo demonstra as variações nas contas que compõem o resultado operacional entre os períodos:

Variações no ano	Montante	Margem
EBITDA 2019	440,8	17,4%
Resultado bruto	-13,3	
Despesas com vendas e distribuição	1,0	
Despesas gerais e administrativas	-9,7	
Despesas com desenvolvimento e tecnologia	19,6	
¹ Outras receitas / despesas operacionais	-141,2	
Resultado de equivalência patrimonial	0,1	
Ganhos/perdas na posição monetária líquida	-8,3	
Depreciação	7,2	
EBITDA 2020	296,2	12,3%
Impairment (controlada MAHLE Argentina)	29,2	
² Impairment (MBE2) Intangível	45,1	
² Impairment (MBE2) Estoques	36,2	
Despesas MBE2 (Diversos)	5,7	
EBITDA ajustado 2020	412,4	17,2%

Em 2019, o EBITDA atingiu R\$ 440,1 milhões (R\$ 466,9 milhões em 2018), registrando margem EBITDA de 17,4% (18,0% em 2018). O quadro abaixo demonstra as variações nas contas que compõem o resultado operacional entre os períodos:

EBITDA 2018	* Ganhos/perdas na posição monetária líquida (Argentina IAS 29)	Despesas gerais e administrativas	Depreciação	Despesas com vendas e distribuição	Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas com desenv. e tecnologia	Outras rec. desp. operacionais	Resultado bruto	EBITDA 2019
466,9	23,6	8,2	4,7	3,5	2,3	(3,7)	(15,6)	(49,8)	440,1
Margem EBITDA 18,0%									Margem EBITDA 17,4%

Resultado financeiro líquido

Em 2021 foi registrada uma despesa financeira líquida de R\$ 8,9 milhões, ao passo em que 2020 foi apurada uma despesa de R\$ 86,0 milhões, apresentando uma variação positiva de R\$ 77,1 milhões entre os períodos.

Resultado financeiro líquido (R\$ milhões)	2021 (a)	2020 (b)	Var. (a-b)
Juros (receita - aplicações)	25,1	15,4	9,7
Juros (despesa - empréstimos)	(14,8)	(25,7)	10,9
Juros (Outros)	11,6	(0,3)	11,9
Juros, líquidos (i)	21,9	(10,6)	32,5
1. Variação cambial: Contas a receber/Contas a pagar (1.1. + 1.2.)	(16,4)	28,6	(45,0)
1.1. Variação cambial	(10,9)	55,3	(66,2)
1.2. <i>FX-Hedging</i>	(5,4)	(26,7)	21,3
2. Variação cambial do ACC	15,1	(68,9)	84,0
3. Outras transações	1,5	(4,9)	6,4
Variação cambial líquida e resultado com derivativos (ii) - (1+2+3)	0,1	(45,2)	45,3
Variação monetária líquida	(27,0)	(24,8)	(2,2)
Outras	(4,0)	(5,4)	1,4
Variação monetária líquida + Outros (iii)	(31,0)	(30,2)	(0,8)
Resultado financeiro líquido (i + ii + iii)	(8,9)	(86,0)	77,1

Juros, líquidos (i):

Juros (receita - aplicações): no ano de 2021, a variação positiva dos no montante de R\$ 9,7 milhões entre os períodos é resultado do aumento dos níveis médios nos percentuais de remuneração no período (considerando a consolidação de Brasil e Argentina, temos: 9,8% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente médias de 2021 e 2020), compensados pela redução dos níveis médios das aplicações financeiras no período (R\$ 282,0 milhões e R\$ 384,1 milhões, respectivamente, médias de 2021 e 2020). Quando esta mesma análise é realizada para o 4T21 e 4T20, a variação positiva no montante de R\$ 1,5 milhão entre os períodos é resultado do aumento dos níveis médios nos percentuais de remuneração no período (considerando a consolidação de Brasil e Argentina, temos: 13,7% a.a. e 3,8% a.a., respectivamente médias de 4T21 e 4T20), compensados pela redução dos níveis médios das aplicações financeiras no período (R\$ 291,4 milhões e R\$ 491,0 milhões, respectivamente, médias de 4T21 e 4T20). No ano de 2021, este movimento de aumento nos percentuais de remuneração, acompanhou o aumento da Taxa Básica de Juros (SELIC) no Brasil.

Juros (despesa - empréstimos): a variação positiva no montante de R\$ 10,9 milhões entre 2021 e 2020 é resultado da redução dos níveis médios dos empréstimos no período (R\$ 273,7 milhões e R\$ 590,2 milhões, respectivamente, médias de 2021 e 2020), aliado à variação dos percentuais do custo médio ponderado (3,7% a.a. e 4,1% a.a., respectivamente médias de 2021 e 2020). No 4T21 e 4T20 verifica-se uma variação positiva dos no montante de R\$ 4,8 milhões, a qual é resultado da redução dos níveis médios dos empréstimos no período (R\$ 255,2 milhões e R\$ 568,3 milhões, respectivamente, médias do 4T21 e 4T20), aliada à variação dos percentuais do custo médio ponderado (3,1% a.a. e 4,3% a.a., respectivamente médias do 4T21 e 4T20). Mais detalhes acerca dos empréstimos denominados em BRL (real brasileiro) e empréstimos denominados em moedas estrangeiras (sem variação cambial), bem como seus respectivos custos médio ponderados, estão disponíveis no item 5.16 deste documento e na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

No quadro abaixo demonstramos a dinâmica das taxas de juros e volumes na Companhia:

Taxas de juros e volumes (médios)	2021 (a)	2020 (b)	Var. (a-b)
Remuneração das aplicações	9,8%	3,5%	6,3%
Custo da dívida	3,7%	4,1%	-0,4%
Aplicações - média (R\$ milhões)	282,0	384,1	(102,1)
Dívida média (R\$ milhões)	(273,7)	(590,2)	316,5

Juros (Outros): A variação positiva dos Juros (Outros), é resultado dos juros sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Variação cambial líquida e resultado com derivativos (ii):

Vale mencionar que a análise sempre deve ser realizada considerando as linhas “Variação cambial líquida” e “Resultado com derivativos” em conjunto, pois a Companhia monitora as exposições em moeda estrangeira e gerencia o risco (variação cambial) avaliando constantemente a necessidade da utilização de instrumentos financeiros (derivativos). O objetivo do programa de *hedge* de moedas é a minimização dos riscos cambiais que podem surgir em momentos adversos de mercado e que impactariam negativamente a rentabilidade da Companhia. Ainda com relação aos riscos cambiais, a política de *hedge* deve proteger toda a posição de fluxo de caixa orçado (plano econômico), bem como o fluxo de caixa efetivo (balanço) denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, através de instrumentos financeiros derivativos (NDF – *Non-Deliverable Forwards*). Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros estão disponíveis na nota explicativa nº 36 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Variação monetária líquida + Outros (iii):

As variações entre os períodos analisados resultam da atualização monetária das provisões das contingências trabalhistas, fiscais e depósitos judiciais.

Em 2020 foi registrada uma despesa financeira líquida de R\$ 86,0 milhões, ao passo em que 2019 foi apurada uma despesa de R\$ 41,4 milhões, apresentando uma variação de R\$ 44,6 milhões entre os períodos.

Resultado financeiro líquido (R\$ milhões)	2020 (a)	2019 (b)	Var. (a - b)
Juros (receita - aplicações)	15,4	5,1	10,3
Juros (despesa - empréstimos)	(25,7)	(14,9)	(10,8)
Juros (Outros)	(0,3)	(0,5)	0,2
Juros, líquidos (i)	(10,6)	(10,3)	(0,3)
1. Variação cambial: Contas a receber/Contas a pagar (1.1. + 1.2.)	28,6	8,4	20,2
1.1. Variação cambial	55,3	9,4	45,9
1.2. <i>FX-Hedging</i>	(26,7)	(1,0)	(25,7)
2. Variação cambial do ACC	(68,9)	(7,1)	(61,8)
3. Outras transações	(4,9)	(1,9)	(3,0)
Variação cambial líquida e Resultado com derivativos (ii) - (1+2+3)	(45,2)	(0,6)	(44,6)
Variação monetária líquida	(24,8)	(27,6)	2,8
Outras	(5,4)	(2,9)	(2,5)
Variação monetária líquida + Outros (iii)	(30,2)	(30,5)	0,3
Resultado financeiro líquido (i + ii + iii)	(86,0)	(41,4)	(44,6)

Juros, líquidos (i):

No ano de 2020, a variação positiva dos “Juros (receita - aplicações)” no montante de R\$ 10,3 milhões entre os períodos é resultado do aumento dos níveis médios das aplicações financeiras no período (R\$ 384,1 milhões e R\$ 112,1 milhões, respectivamente, médias de 2020 e 2019), ao passo em que houve uma redução nos percentuais de remuneração (3,5% a.a. e 5,5% a.a., respectivamente médias de 2020 e 2019). Este movimento de redução nos percentuais de remuneração, acompanhou a redução da Taxa Básica de Juros (SELIC) no Brasil.

A variação negativa dos “Juros (despesa - empréstimos)” no montante de R\$ 10,8 milhões entre 2020 e 2019 é resultado do aumento dos níveis médios dos empréstimos no período (R\$ 590,2 milhões e R\$ 382,8 milhões, respectivamente, médias de 2020 e 2019), aliado à variação dos percentuais do custo médio ponderado (4,1% a.a. e 4,3% a.a., respectivamente médias de 2020 e 2019).

O aumento dos “Juros (despesa - empréstimos)” foi decorrente, principalmente, da tomada de recursos efetuada em março de 2020 com o objetivo de suportar o fluxo de caixa da Companhia em decorrência dos potenciais imprevistos decorrentes da pandemia do COVID-19.

No quadro abaixo demonstramos a dinâmica das taxas de juros e volumes na Companhia:

Taxas de juros e volumes (médios)	2020 (a)	2019 (b)	Var. (a - b)
Remuneração das aplicações	3,5%	5,5%	-2 p.p.
Custo da dívida	4,1%	4,3%	-0,2 p.p.
Aplicações - média (R\$ milhões)	384,1	112,1	242,6%
Dívida média (R\$ milhões)	(590,2)	(382,8)	54,2%

Com relação à dívida média nos períodos analisados, houve aumento do volume da ordem de 54,2% entre o ano de 2020 e 2019, devido contratação de novos empréstimos e financiamentos

na modalidade 4131/Cédula de Crédito Bancário (financiamento para Capital de Giro com taxas flutuantes finais de CDI + custo fixo anual), sendo que este aumento na dívida média é em função da proteção do caixa para fazer frente aos desafios da COVID-19.

Variação cambial líquida e resultado com derivativos (ii):

Vale mencionar que a análise sempre deve ser realizada considerando as linhas “Variação cambial líquida” e “Resultado com derivativos” em conjunto, pois a Companhia monitora as exposições em moeda estrangeira e gerencia o risco (variação cambial) avaliando constantemente a necessidade da utilização de instrumentos financeiros (derivativos). O objetivo do programa de hedge de moedas é a minimização dos riscos cambiais que podem surgir em momentos adversos de mercado e que impactariam negativamente a rentabilidade da Companhia. Ainda com relação aos riscos cambiais, a política de *hedge* deve proteger toda a posição de fluxo de caixa orçado (plano econômico), bem como o fluxo de caixa efetivo (balanço) denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, através de instrumentos financeiros derivativos (NDF – *Non-Deliverable Forwards*). Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 34 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Variação monetária líquida + Outros (iii):

A variação positiva entre os períodos é resultado da atualização monetária das provisões das contingências trabalhistas, fiscais e depósitos judiciais.

Em 2019 foi registrada uma despesa financeira líquida de R\$ 41,4 milhões, enquanto em 2018, foi apurada uma despesa de R\$ 21,6 milhões, apresentando uma variação negativa de R\$ 19,8 milhões entre os períodos.

Resultado financeiro líquido (R\$ milhões)	2019 (a)	2018 (b)	Var. (a - b)
Juros (receita - aplicações)	5,1	6,4	(1,3)
Juros (despesa - empréstimos)	(14,9)	(10,5)	(4,4)
Juros (Outros)	(0,5)	1,0	(1,5)
Juros, líquidos (i)	(10,3)	(3,1)	(7,2)
Variação cambial líquida	2,4	45,6	(43,2)
Resultado com derivativos	(2,9)	(26,4)	23,5
Variação cambial líquida e Resultado com derivativos (ii)	(0,5)	19,2	(19,7)
Variação monetária líquida	(24,6)	(32,3)	7,7
Outras	(6,0)	(5,4)	(0,6)
Variação monetária líquida + Outros (iii)	(30,6)	(37,7)	7,1
Resultado financeiro líquido (i + ii + iii)	(41,4)	(21,6)	(19,8)

A variação negativa dos “Juros (receita - aplicações)” no montante de R\$ 1,3 milhão entre os períodos é resultado da redução dos níveis médios das aplicações financeiras no período (R\$ 112,1 milhões e R\$ 123,8 milhões, respectivamente, médias de 2019 e 2018), ao passo em que também houve uma redução nos percentuais de remuneração (5,5% a.a. e 6,3% a.a., respectivamente médias de 2019 e 2018). Os movimentos acompanharam a redução da Taxa Básica de Juros (SELIC) no Brasil.

A variação negativa dos “Juros (despesa - empréstimos)” no montante de R\$ 4,4 milhões entre os períodos é resultado do aumento dos níveis médios dos empréstimos no período (R\$ 382,8 milhões e R\$ 269,6 milhões, respectivamente, médias de 2019 e 2018), considerando que houve a manutenção nos percentuais do custo médio ponderado (4,3% a.a., respectivamente médias de ambos os períodos).

Em relação ao item “ii” da tabela acima, vale mencionar que a análise sempre deve ser realizada considerando as linhas “Variação cambial líquida” e “Resultado com derivativos” em conjunto, pois a Companhia monitora as exposições em moeda estrangeira e gerencia o risco (variação cambial) avaliando constantemente a necessidade da utilização de instrumentos financeiros (derivativos). O objetivo do programa de *hedge* de moedas é a minimização dos riscos cambiais que podem surgir em momentos adversos de mercado e os quais impactariam negativamente a rentabilidade da Companhia. Ainda com relação aos riscos cambiais, a política de *hedge* deve proteger toda a posição de fluxo de caixa orçado (plano econômico), bem como o fluxo de caixa efetivo (balanço) denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, através de instrumentos financeiros derivativos (*NDF – Non-Deliverable Forwards*). Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 36 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

No quadro abaixo demonstramos a dinâmica das taxas de juros e volumes na Companhia:

Taxas de juros e volumes (médios)	2019 (a)	2018 (b)	Var. (a - b)
Remuneração das aplicações ¹	5,5%	6,3%	-0,8 p.p.
Custo da dívida	4,3%	4,3%	0,0 p.p.
Aplicações - média (R\$ milhões)	112,1	123,8	-9,5%
Dívida média (R\$ milhões)	(382,8)	(269,6)	42,0%

¹ Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Compromissadas, remunerados em média de 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicados exclusivamente com bancos de primeira linha no Brasil.

Com relação à dívida média nos períodos analisados, houve aumento do volume médio da ordem de 42,0% (de R\$ 269,6 milhões para R\$ 382,8 milhões, em 2018 e 2019, respectivamente), devido contratação de novos empréstimos e financiamentos, principalmente nas modalidades NCE - Nota de Crédito à Exportação e ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia registrou uma despesa de R\$ 147,1 milhões com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2021 no consolidado (receita de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2020) conforme detalhado abaixo:

- Imposto Corrente: atingiu R\$ 89,6 milhões de despesa, sendo esta gerada principalmente pela controladora e por sua controlada MAHLE Argentina S/A;
- Imposto Diferido: totalizou uma despesa de R\$ 57,5 milhões, sem impacto no caixa, composto principalmente pela movimentação de provisões e pelo reconhecimento do crédito fiscal da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no montante de R\$ 36,2 milhões (sem correção de juros SELIC).

Informações adicionais sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social estão disponíveis na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia registrou uma receita de R\$ 14,6 milhões com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2020 no consolidado (despesa de R\$ 48,2 milhões em 31 de dezembro de 2019) conforme detalhado abaixo:

- Imposto Corrente: atingiu R\$ 38,2 milhões de despesa, sendo esta gerada principalmente pela controladora e por sua controlada MAHLE Argentina S/A;
- Imposto Diferido: totalizou uma receita de R\$ 52,8 milhões sem impacto no caixa, composto principalmente pela movimentação de provisões.

Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia provisionou uma despesa de R\$ 48,2 milhões com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2019 no consolidado (despesa de R\$ 62,3 milhões em 31 de dezembro de 2018) conforme detalhado abaixo:

- Imposto Corrente: atingiu R\$ 38,6 milhões de despesa, sendo esta gerada principalmente pela controladora e por sua controlada MAHLE Argentina S/A;
- Imposto Diferido: totalizou uma despesa de R\$ 9,6 milhões sem impacto no caixa, composto principalmente pela movimentação de provisões e realização das diferenças mensuradas de acordo com Lei 12.973/14.

Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Lucro líquido do exercício

O quadro abaixo demonstra a movimentação entre o Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores para o Lucro líquido ajustado atribuído aos acionistas controladores, refletindo o impacto dos créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, do impairment na recuperabilidade do ativo “ágio” da controlada MAHLE Argentina S.A. e impairment do MBE2.

Síntese de resultados (R\$ milhões)	2021 (a)	2020 (b)	A.H. (%) (a/b)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	566,9	124,5	355,3%
Impairment (controlada MAHLE Argentina S.A.)	-	29,2	
Impairment (MBE2) Intangível	-	45,1	
Impairment (MBE2) Estoques	-	41,9	
Imposto de renda e contribuição social (ajuste impairment)	36,3	(36,8)	
Créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	(96,7)	-	
Receita financeira sobre o crédito fiscal	(10,2)	-	
Lucro líquido ajustado atribuído aos acionistas controladores	496,3	203,9	143,4%
Margem líquida atribuída aos acionistas controladores	15,7%	5,2%	10,5 p.p.
Margem líquida ajustada atribuída aos acionistas controladores	13,7%	8,5%	5,2 p.p.

Informações adicionais sobre o Lucro Líquido por Ação estão disponíveis na nota explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

O quadro abaixo demonstra a movimentação entre o Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores para o Lucro líquido ajustado atribuído aos acionistas controladores, refletindo o impacto do impairment na recuperabilidade do ativo “ágio” da controlada MAHLE Argentina S.A. e o impacto da descontinuidade do projeto denominado do MBE2:

Síntese de resultados (R\$ milhões)	2020 (a)	2019 (b)	A.H. (%) (a/b)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	124,5	259,0	-51,9%
Impairment (controlada MAHLE Argentina S.A.)	29,2	-	
Impairment (MBE2) Intangível	45,1	-	
Impairment (MBE2) Estoques e Diversos	41,9	-	

Imposto de renda e contribuição social (ajuste impairment) controlada MAHLE Argentina S.A.	-	-	
Imposto de renda e contribuição social (ajuste impairment) MBE2	(36,8)	-	
Lucro líquido ajustado atribuído aos acionistas controladores	203,9	259,0	-21,3%
Margem líquida atribuída aos acionistas controladores	5,2%	10,3%	-5,1 p.p.
Margem líquida ajustada atribuída aos acionistas controladores	8,5%	10,3%	-1,8 p.p.

Em 2019 o lucro líquido foi de R\$ 259,0 milhões (R\$ 291,7 milhões em 2018), o que representa uma redução de 11,2% entre os períodos apurados, enquanto a margem líquida em 2019 foi de 10,3% e 11,3% em 2018.

Síntese de resultados (R\$ milhões)	2019	2018	A.V. (%)	A.V. (%)	A.H. (%)
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a/b)
Receita líquida de vendas	2.526,2	2.591,7	100,0%	100,0%	-2,5%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	259,0	291,7	10,3%	11,3%	-11,2%
Margem líquida atribuída aos acionistas controladores	10,3%	11,3%			-1 p.p.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macroeconômico Brasileiro

Ao longo do ano de 2021, o ambiente de negócios se apresentou igualmente desafiador. Toda a cadeia de suprimentos foi significativamente afetada por aumentos de preços e escassez de produtos. Em geral, no mercado também houve um impacto na cadeia de suprimentos devido à falta de navios e contêineres, associado à escassez de matérias-primas como aço, resina, produtos importados. Como consequência, além do impacto dos preços de produtos, houve aumento significativo nos valores de fretes e consequente, de fretes especiais (aéreos).

Permaneceu a incerteza sobre os desdobramentos da pandemia e a recuperação da economia global, o que pode ter efeitos futuros em várias áreas, incluindo as operações da empresa. Por exemplo, o mercado de carros novos no Brasil continua sendo afetado negativamente, especialmente por questões de fornecimento de semicondutores.

Continuaremos a acompanhar a evolução de todo o contexto econômico no Brasil e no mundo, visando adequar as operações de acordo com o volume dos negócios.

A Companhia busca equilibrar a atuação nos segmentos em que atua (Equipamento Original e Aftermarket), tanto nos mercados interno e externo, de forma a compensar as oscilações nos diferentes segmentos e a estabilizar nossas margens de lucratividade ao longo do tempo.

Apesar dos inúmeros desafios impostos pelo segundo ano consecutivo de pandemia de Covid-19, a Companhia demonstrou mais uma vez resiliência. O resultado é fruto da motivação de seus colaboradores e do estreito relacionamento que mantém com seus stakeholders, além do suporte de uma infraestrutura consolidada de pesquisa e tecnologia que garantiu oferta de produtos e serviços de qualidade e agilidade.

A estratégia, contudo, vai além de gerar resultados financeiros, mas também cuidar das pessoas e fortalecer sua marca empregadora, relacionando-se com seu público - interno e externo - para oxigenar os projetos existentes e futuros.

O mundo do trabalho de amanhã será ainda mais complexo e veloz, exigindo tomadas de decisão eficientes. Para tanto, é necessário iniciativa, confiança mútua e equipes motivadas que contribuam com ideias inovadoras ao longo do caminho para a mudança. É essencial

aproveitarmos nosso potencial trabalhando juntos como “Uma Equipe” para tornar a MAHLE Metal Leve S.A. adequada para o futuro. Nossos princípios de liderança nos ajudarão a alcançar isso, fornecendo-nos orientação e nos mantendo no curso.

A Companhia continua monitorando a situação global de contágio do Covid-19, e à luz do cenário de pandemia, a MAHLE Metal Leve ainda mantém um comitê de crise para acompanhar o tema em todas as suas plantas, com o objetivo de mitigar ao máximo o risco de contaminação dos colaboradores e prestadores de serviços. Desta forma, diversas medidas ainda são adotadas, seguindo as recomendações e determinações dos órgãos de saúde e protocolos sanitários rigorosos, e ainda permite o trabalho remoto nas áreas que tenham a possibilidade de exercer as suas atividades desta forma, como por exemplo áreas administrativas, através do chamado sistema Home Office.

Nosso setor está passando, e continuará a passar por um período de profundas mudanças. A transformação vai muito além de uma mudança tecnológica e foi ainda mais acelerada pela crise do coronavírus. Para ter sucesso em moldar a transformação, tornamos a nossa organização mais ágil e flexível e tomamos decisões mais rapidamente. A forma como lideramos e lidamos com os diversos temas, trabalhando juntos, de acordo com as circunstâncias novas e dinâmicas incentivam o protagonismo nas pessoas.

Em 2020, certamente não tem como deixar de falar sobre a pandemia do COVID-19, pois a extensão dos impactos da crise trazida pelo vírus é inestimável.

Ainda no primeiro trimestre de 2020 os efeitos da pandemia começaram a atingir a sociedade e a economia brasileiras, sobretudo, após o advento da quarentena, o que acarretou a paralisação das atividades – o chamado “Shutdown”. Já a partir da segunda quinzena do mês de março, o mercado começou a sentir seus efeitos, sendo que o pico de queda da atividade econômica ocorreu no mês de abril e a partir do início do segundo semestre pôde-se perceber uma trajetória de recuperação.

O mercado ainda foi impactado pela queda na confiança do consumidor em decorrência do cenário totalmente imprevisível, os indivíduos que não foram afetados pelo desemprego, se encontraram em um cenário de incertezas e como consequência, com aversão ao risco e, portanto, mais comedidos em gastos naquele momento, ou seja, a cadeia de varejo apresentou reduções nas compras.

As divulgações de indicadores de atividade econômica ao final de 2020 evidenciaram um movimento gradual e heterogêneo de recuperação apresentado pela economia brasileira reflexo do auxílio emergencial do Governo Brasileiro à sociedade e do deslocamento do consumo das famílias para os serviços (diretamente impactados pelas medidas de isolamento social). A indústria também apresentou retomada em relação à queda provocada pela pandemia.

Há que se considerar os efeitos da segunda onda de COVID-19 ao redor do mundo, a qual vem gerando um impacto negativo nos países desenvolvidos, bem como nos demais, contribuindo com um ambiente de incertezas e que poderá prejudicar a recuperação da atividade econômica global. Em contrapartida, o desenvolvimento no campo das vacinas aliado a medidas de estímulo econômico pode sustentar um cenário mais otimista para a economia global.

Em diversos países do mundo e no Brasil já existe uma estratégia de vacinação contra o COVID-19. Desta forma, com base nas informações disponíveis no momento da elaboração deste relatório, e considerando a eficácia da vacina, existem estudos que simulam que a trajetória da imunidade de rebanho será alcançada até os últimos meses de 2021, o que permitiria uma reabertura ampla da economia.

No Brasil, existem discussões sobre reformas estruturais e orçamento de 2021, as quais vêm sendo adiadas ao longo do tempo, sendo que o cumprimento do teto de gastos no médio prazo, pode gerar dificuldades para a execução da Política Fiscal.

Devido à redução das incertezas, o cenário externo pode ser um fator positivo, de forma reduzir a aversão ao risco da economia mundial. Tendo como referência países que têm uma porcentagem razoável de vacinas na imunização, pode-se gerar um ambiente de mais confiança, inclusive no Brasil, e, portanto, uma padronização gradual da atividade econômica global ao longo de 2021.

O ano de 2019 apresentou dados de atividade econômica desafiadores, e com o ritmo de produção automotiva mais moderada do que se esperava.

No início de 2019 havia uma expectativa de que no Brasil o ritmo da atividade econômica poderia proporcionar melhora nos indicadores de emprego e de rendimentos, com consequências na concessão de crédito aos consumidores, aliada à elevação na confiança empresarial, resultando em aumentos nos investimentos privados. Esta expectativa tinha como fundamento, principalmente, as propostas do novo Governo com sua agenda de reformas. Como consequência, a expectativa para um melhor cenário esbarrou na realidade de um ritmo mais lento para as mudanças.

Em relação à Argentina, importante mercado para o Brasil, o ano de 2019 foi marcado pelo agravamento da crise econômica naquele país, com consequente queda nas vendas de veículos e componentes. Atualmente, o país apresenta uma enorme dívida de curto prazo, sem acesso ao mercado de crédito e sem reservas internacionais para pagar as contas. Em recessão há dois anos e com inflação elevada, além da renegociação da dívida, o controle da inflação deverá ser uma das prioridades do governo. Ao final de 2019, o novo presidente eleito foi empossado em seu cargo, contudo, até o presente momento, não se pôde identificar mudanças significativas no cenário daquele país.

Ainda no cenário internacional, no início de 2019, já existia um temor em relação ao risco de uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, o qual se cumpriu e apresentou uma desaceleração econômica com impacto no crescimento dos países exportadores, como o Brasil, através de uma redução forçada dos preços de mercado. Existiam também incertezas vindas da Europa, com a indefinição do Brexit, aliado à crise enfrentada pela França (protestos contra o governo) e Itália (crise orçamentária).

O ano de 2020 se apresenta igualmente desafiador. No cenário global, logo no início do ano, os mercados seguem atentos aos efeitos adversos sobre a atividade econômica advindos do surto de coronavírus que teve início na China e com risco de se alastrar para outros países.

Por outra ótica, segundo economistas, após enfrentar dois anos de significativa desaceleração, a economia global poderá verificar uma leve recuperação, tendo em vista que a guerra comercial entre EUA e China, chegou a uma trégua, pelo menos por ora, com um acordo entre os dois países.

A atividade global poderia, ainda, colher frutos do estímulo monetário realizado por bancos centrais através do afrouxamento da política monetária, especialmente nas três principais economias (EUA, Zona do Euro e China).

Esses fatores podem ser importantes para atenuar a volatilidade trazida pelas eleições americanas, as quais devem ocorrer novamente sob polarização e ainda tensionadas por conflitos

geopolíticos de naturezas diversas, como por exemplo, o conflito militar com o Oriente Médio ou ainda, uma disputa comercial com a China.

No que diz respeito ao Brasil, o mercado de um modo geral acredita que, o país poderá observar de forma mais clara os benefícios das reformas econômicas. Contudo, para sustentar um crescimento sem retrocessos, será necessário continuar o movimento dos ajustes. No início de fevereiro de 2020, o Comitê de Política Monetária (Copom), realizou o quinto corte consecutivo na taxa básica de juros brasileira: de 4,50% para 4,25% ao ano. Diante desta medida, a Selic alcança o seu piso histórico desde 1999.

Após alcançar este nível, acredita-se que o Banco Central brasileiro priorizará a agenda regulatória e de produtividade. A inadimplência demonstrou ligeiro crescimento nos últimos meses, reflexo, principalmente, da lenta recuperação do mercado de trabalho. Todavia, com uma perspectiva mais favorável de crescimento econômico em 2020, existe espaço para aprofundamento do mercado de crédito brasileiro, impulsionado pela diminuição dos spreads bancários e acesso a diferentes formas de financiamento, para empresas e indivíduos.

Flutuações nas Taxas de Câmbio

Uma boa parte da receita de vendas da Companhia é oriunda de suas exportações. Desta forma, uma valorização do real frente às moedas dos seus principais mercados consumidores no exterior, principalmente na América do Norte e na União Europeia, encarecem os seus produtos e serviços quando cotados naquelas moedas, tornando-os menos competitivos e diminuindo as receitas de suas exportações. Em contrapartida, uma desvalorização do real frente às moedas torna os seus produtos e serviços mais acessíveis, consequentemente tornando-os mais competitivos e aumentando as receitas de suas exportações.

Preços de Matérias Primas

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações das matérias primas que a mesma utiliza em seus processos produtivos. Os insumos metálicos, principalmente alumínio, ferro, níquel e cobre e têm grande peso no seu custo dos produtos vendidos.

London Metal Exchange				
	Metal	2021	2020	2019
Cotações médias dos produtos	Alumínio	2.474,07 44,6%	1.710,99 -4,5%	1.791,08 -15,1%
	Níquel	14.443,10 3,9%	13.897,32 -0,4%	13.959,26 6,4%
	Cobre	9.316,15 49,8%	6.218,66 3,6%	6.000,22 -8,0%
	Estanho	32.573,38 89,2%	17.220,73 -7,6%	18.640,67 -7,6%
	Chumbo	2.202,58 20,9%	1.821,20 -8,9%	1.999,56 -10,9%

Fonte: <https://www.lme.com/> | <https://maxiligas.com.br/>

Custos de Mão de Obra

Como as operações da Companhia envolvem o uso intensivo de mão de obra, os custos com mão de obra têm influência significativa nos resultados da Companhia. Os reajustes do custo com mão de obra com base nos dissídios coletivos (Data Base da categoria) nos últimos três anos foram de 3,00% e 4,77%, e 11,08% em 2019, 2020 e 2021, respectivamente.

Ganhos de Produtividade e Saltos Tecnológicos

Os contratos de fornecimento da Companhia usualmente possuem cláusula de produtividade anual solicitada pelo cliente, que prevê repasse de ganhos de produtividade preestabelecidos. Deste modo, é necessário ganhar produtividade para preservar suas margens.

A Companhia atua em um setor altamente competitivo e que demanda um alto grau de inovação tecnológica. O destaque em seu setor de atuação se dá em função do foco no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, tanto no sentido do lançamento de novos produtos inovadores quanto em novas aplicações e aprimoramentos dos produtos já existentes, visando a *descomoditização* dos mesmos. Os saltos tecnológicos têm historicamente permitido vender produtos e serviços com margens mais elevadas.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

Modificação de Preços

Os resultados da Companhia podem ser afetados pela modificação de preços, desta forma, nossa receita bruta também é afetada pela modificação de preços, uma vez que, realizamos negociações comerciais para que os aumentos nos custos sejam repassados para os nossos clientes, de forma a mitigar o impacto da em nossos resultados.

Taxas de Câmbio

Como a receita de vendas da Companhia para o mercado externo é denominada principalmente em dólar norte americano e o euro, enquanto a sua moeda funcional é o real, valorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito de reduzir sua receita de vendas de exportações, ao passo que desvalorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito contrário.

Alteração de Volume

Importante mencionar que, a Companhia considera como Mercado Doméstico as receitas oriundas de suas operações no Brasil e Argentina. Por este motivo, neste mercado, no que tange à consolidação das demonstrações financeiras, são apresentados nas tabelas abaixo, impactos negativos da variação cambial, decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de pesos argentinos para reais.

Em 2021 a Companhia apresentou uma redução de 50,5% na sua receita líquida consolidada, em comparação com 2020, conforme tabela abaixo:

Receita líquida por mercado (R\$ milhões)		2021 (a)	VOLUME/Preço (b)	Variação cambial (c)	2020 (d)	% Impacto volume/preço (b/d)	% Impacto Var. cambial (c/d)	A.H. (%) (a/d)
Equipamento original	Doméstico*	1.002,3	398,6	(12,1)	615,8	64,7%	-1,9%	62,8%
	Exportação	1.261,5	199,7	203,7	858,1	23,3%	23,7%	47,0%
	Subtotal	2.263,8	598,3	191,6	1.473,9	40,6%	13,0%	53,6%
Aftermarket	Doméstico*	1.051,2	387,5	(61,9)	745,6	48,3%	-8,3%	41,0%
	Exportação	300,1	108,2	8,8	183,1	59,1%	4,8%	63,9%
	Subtotal	1.351,3	475,7	(53,1)	928,7	51,2%	-5,7%	45,5%
Total		3.615,1	1.074,0	138,5	2.402,6	44,7%	5,8%	50,5%

* Mercado Doméstico é considerado Brasil e Argentina.

Em 2020 a Companhia apresentou uma redução de 4,9% na sua receita líquida consolidada, em comparação com 2019. Importante mencionar que, mesmo com o cenário de pandemia o mercado de *Aftermarket* apresentou desempenho positivo no acumulado do ano. A tabela abaixo demonstra a dinâmica das receitas por mercado de atuação com seus respectivos impactos em termos de volume/preço e variação cambial entre os períodos:

Receita líquida por mercado (R\$ milhões)		2020 (a)	Volume Preço (b)	Variação cambial (c)	2019 (d)	% Impacto volume preço (b/d)	% Impacto Var. cambial (c/d)	A.H. (%) (a/d)
Equipamento original	Doméstico ¹	615,8	(149,0)	(1,2)	766,0	-19,5%	-0,2%	-19,6%
	Exportação	858,1	(166,0)	131,6	892,5	-18,6%	14,7%	-3,9%
	Subtotal	1.473,9	(315,0)	130,4	1.658,5	-19,0%	7,9%	-11,1%
Aftermarket	Doméstico ¹	745,6	84,6	(13,1)	674,1	12,6%	-2,0%	10,6%
	Exportação	183,1	(55,2)	44,7	193,6	-28,5%	23,1%	-5,4%
	Subtotal	928,7	29,4	31,6	867,7	3,4%	3,6%	7,0%
Total		2.402,6	(285,6)	162,1	2.526,2	-11,3%	6,4%	-4,9%

¹ Mercado Doméstico é considerado Brasil e Argentina.

Em 2019 a Companhia apresentou redução de 2,5% na sua receita líquida consolidada, em comparação com 2018. A tabela abaixo demonstra a dinâmica das receitas por mercado de atuação com seus respectivos impactos em termos de volume/preço e variação cambial entre os períodos:

Receita líquida por mercado (R\$ milhões)		2019 (a)	Volume/Preço (b)	Variação cambial (c)	2018 (d)	% Impacto volume/preço (b/d)	% Impacto Var. cambial (c/d)	A.H. (%) (a/d)
Equipamento original	Doméstico [*]	766,0	51,1	(12,5)	727,4	7,0%	-1,7%	5,3%
	Exportação	892,5	(198,9)	54,2	1.037,2	-19,2%	5,2%	-14,0%
	Subtotal	1.658,5	(147,8)	41,7	1.764,6	-8,4%	2,4%	-6,0%
Aftermarket	Doméstico [*]	674,1	108,0	(64,5)	630,6	17,2%	-10,3%	6,9%
	Exportação	193,6	(13,5)	10,6	196,5	-6,9%	5,4%	-1,5%
	Subtotal	867,7	94,5	(53,9)	827,1	11,4%	-6,5%	4,9%
Total		2.526,2	(53,3)	(12,2)	2.591,7	-2,0%	-0,5%	-2,5%

^{*} Mercado Doméstico é considerado Brasil e Argentina.

Aquisição de Ativos

Não houve aquisição de ativos relevante nos três últimos exercícios sociais.

c) Impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia

A Companhia busca de forma permanente o aprimoramento de seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de realizar ganhos de produtividade e demais sinergias para absorver os efeitos dessas variáveis. A Companhia, ainda, e para minimizar esses efeitos, quando possível mantém contratos de fornecimento com cláusulas de reajuste de preços e operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos financeiros, principalmente, de taxa câmbio e decorrentes da mudança de preços de commodities de materiais metálicos empregados na fabricação de seus produtos.

A tabela abaixo mostra os principais indicadores de desempenho da economia brasileira referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Proposta da Administração 2022



Principais indicadores	2021	2020	2019
Crescimento / queda PIB (em reais)	4,6%	-4,1%	1,1%
Inflação (IGP-M) (i)	17,8%	23,1%	7,3%
Inflação (IPCA) (ii)	10,1%	4,5%	4,3%
Taxa de câmbio média – US\$1,00 (iii)	R\$ 5,395	R\$ 5,156	R\$ 3,945
Taxa de câmbio no fim do ano – US\$1,00	R\$ 5,581	R\$ 5,197	R\$ 4,031
Depreciação (apreciação) do real x dólar norte-americano	7,4%	28,9%	4,0%

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central

(i) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

(ii) A inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a referência para as metas de inflação estabelecidas pelo CMN.

(iii) Representa a média das taxas de venda comerciais no último dia de cada mês durante o período.

Impacto da inflação

Os resultados da Companhia podem ser afetados pela inflação, sendo que os custos e as despesas podem ser reajustados quando os nossos fornecedores ou prestadores de serviços aumentam seus preços, desta forma, nossa receita bruta também é indiretamente afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos aumentos nos custos e despesas para nossos clientes através de aumentos de preços, de forma a mitigar o impacto da inflação em nossos resultados.

Os insumos utilizados pela Companhia, assim como para o mercado geral, sofreram variações de preços em 2021, considerando a inflação do país no período, e a volatilidade dos preços das commodities metálicas, no mercado internacional.

Adicionalmente, renegociações posteriores junto a fornecedores ajudam a equilibrar estes ajustes, mantendo desta forma as margens da Companhia em níveis históricos. Nossos preços de venda são recalculados de acordo com as características de cada pedido e tendem a refletir as condições correntes do mercado, incorporando aumentos dos custos dos insumos de forma natural.

Em função deste cenário, a Companhia tem conseguido manter o resultado operacional em níveis satisfatórios, uma vez que obteve sucesso no repasse do aumento desses itens para seus clientes.

Desta forma, a Companhia não realiza cálculo de análise de sensibilidade no tocante à inflação, uma vez que esta é repassada, em grande parte, no preço final dos nossos produtos.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações do preço das commodities utilizadas em seus processos produtivos. No segmento de componentes de motores, os insumos metálicos, principalmente alumínio, cobre e níquel tem grande peso no custo de produtos vendidos da Companhia. No segmento de filtros, papéis filtrantes e resinas compõem os principais insumos e a variação de preços de tais insumos tende a impactar o custo de produtos vendidos deste segmento. Contudo, correções são aplicadas também aos custos referentes ao valor agregado, como mão de obra, energia elétrica e outros. Para tanto, índices são pré-estabelecidos com as montadoras e observada à periodicidade estabelecida nos contratos, os reajustes são absorvidos pelos clientes (para mais ou para menos).

Para mitigar os riscos com a variação de preços dos principais insumos e produtos, por exemplo, a Companhia adota a contabilidade de hedge para minimizar o risco de exposição à volatilidade do preço das commodities. A política de contabilidade de hedge está devidamente formalizada e determina os objetos de hedge passíveis de designação; os instrumentos de hedge autorizados; e

a metodologia adotada para avaliar a efetividade da relação de hedge, de forma que, caso ocorram alterações futuras nos preços das commodities não incorram impactos significativos no resultado da Companhia.

Este cenário de análise e controle da variação de preços dos principais insumos e produtos foi observado nos anos de 2019, 2020 e 2021.

A tabela abaixo demonstra a posição em aberto em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Posição Ativa Commodities	Preço Médio Ponderado para o Vencimento (USD)	Item	1905	2020	2019
Cobre	9.550	Nocional - toneladas	266	263	369
		Valor Justo de Mercado (R\$ mil)	-109	1.476	217
Alumínio	0	Nocional - toneladas	0	0	217
		Valor Justo de Mercado (R\$ mil)	0	0	-20
TOTAL		Nocional - toneladas	263	263	586
		Valor Justo de Mercado (R\$ mil)	1.476	1.476	197

Para efeito de análise de sensibilidade das operações de commodities, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente apurados pelos preços projetados divulgados pela London Metal Exchange e taxas de câmbio no Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2021. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a apreciação e a deterioração dos preços utilizados para apuração dos registros contábeis. Para cada novo cenário (apreciação e a deterioração) foram estimadas variações de 25% e 50% dos preços no cenário provável. A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio e preços das commodities do fechamento de 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 utilizadas para fins de registro contábil, pelas taxas e preços estressados apurados conforme cenários abaixo.

Análise de sensibilidade sobre resultado das operações de compra de contratos de swap de commodities em 31 de dezembro de 2021					
Commodity	Cenário	Volume de Toneladas	Preço (USD/ton.) Cálculo de sensibilidade	Preço Médio Ponderado (USD/ton.) Vencimento	Ajuste Total BRL
Cobre	50% Melhor	266	14.538	9.550	-7.404
	25% Melhor		12.115		-3.807
	Data do balanço		9.602		-210
	25% Pior		7.269		3.386
	50% Pior		4.846		6.983

Análise de sensibilidade sobre resultado das operações de compra de contratos de swap de commodities em 31 de dezembro de 2020					
Commodity	Cenário	Volume de Toneladas	Preço (USD/ton.) Cálculo de sensibilidade	Preço Médio Ponderado (USD/ton.) Vencimento	Ajuste Total BRL
Cobre	50% Melhor	263	11.612	7.755	-5.272
	25% Melhor		9.677		-2.626
	Data do balanço		7.742		19
	25% Pior		5.806		2.664
	50% Pior		3.871		5.309

Análise de sensibilidade sobre resultado das operações de compra de contratos de swap de commodities em 31 de dezembro de 2019					
Commodity	Cenário	Volume de Toneladas	Preço (USD/ton.) Cálculo de sensibilidade	Preço Médio Ponderado (USD/ton.) Vencimento	Ajuste Total BRL
Cobre	50% Melhor	369	9.234	6.062	-4.717
	25% Melhor		7.695		-2.428
	Data do balanço		6.156		-139
	25% Pior		4.617		2.150
	50% Pior		3.078		4.439
Alumínio	50% Melhor	217	2.700	1.770	-813
	25% Melhor		2.250		-419
	Data do balanço		1.800		-26
	25% Pior		1.350		368
	50% Pior		900		761

Foi utilizada a taxa de venda da moeda USD e os preços dos metais (SPOT) divulgada em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 pelo Banco Central do Brasil (PTAX) e pela LME (London Metal Exchange), respectivamente.

Câmbio

A instabilidade cambial pode afetar adversamente a economia brasileira, logo, a Companhia é diretamente afetada por flutuações nas taxas de câmbio, já que parte da sua receita é proveniente de exportações, pois, a Companhia pode ser considerada exportadora líquida, ou seja, as suas exportações superam as suas importações. Este é um risco decorrente da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, logo, a Companhia contrata instrumentos de proteção tanto para as exposições cambiais oriundas das operações incorridas (Fluxo de caixa efetivo) quanto para exposições oriundas das expectativas traçadas no Plano Econômico (Fluxo de caixa orçado).

Para exposições cambiais, a Companhia e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF”, onde a política de proteção cambial determina que o “hedge” contratado pela Companhia deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Companhia.

A posição da Companhia é short (vendida – USD e Euro), pois há um volume de moeda ativa significativo, devido ao mercado de exportação, e conseqüentemente há um risco de valorização da moeda brasileira (Real) frente a estas moedas. Já no caso das operações de JPY a nossa posição é comprada (long).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo líquido de exposição cambial da Companhia equivalentes em dólares norte-americanos (Euros e Ienes convertidos em dólares norte-americanos) foi de USD 10.862 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Exposição cambial do saldo do contas a receber e a pagar em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021

Item	Valores USD Mil	Valores EUR Mil (*)	Valores JPY Mil (**)
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
(+) Contas a receber	26.729	5.808	-
(+) Depósitos à vista (em moeda estrangeira)	2.867	2.811	-
(+) Dividendos	-	20.898	-
(-) Adiantamento de Contrato de Câmbio / NCE	-	(19.873)	-
(-) Importações	(2.789)	(4.887)	(171.568)
(-) Termo de moeda - venda	(18.054)	(2.564)	128.393
(=) Saldo líquido de exposição cambial	8.753	2.193	(43.175)

Saldo líquido de exposição cambial em USD (EUR e JPY equivalentes em USD) - em milhares

Moeda	Controladora e Consolidado		
USD	8.753		
EUR	2.484	(*) Paridade EUR / USD	1,1327
JPY	(375)	(**) Paridade JPY / USD	115,13307
Total	10.862		

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo líquido de exposição cambial da Companhia equivalentes em dólares norte-americanos (Euros e Ienes convertidos em dólares norte-americanos) foi de USD 6.692 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

em 31 de Dezembro de 2020:

Exposição cambial do saldo do contas a receber e a pagar em moeda Estrangeira			
Item	Valores USD Mil	Valores EUR Mil (*)	Valores JPY Mil (**)
(+) Contas a Receber	15.923	16.888	0
(+) Depósitos à vista (em Moeda Estrangeira)	2.586	12.411	0
(-) Adiantamento de Contrato de Câmbio / NCE	0	-17.013	0
(-) Importações	-8.063	-7.810	-115.254
(-) Termo de Moeda - Venda	-12.727	-9.448	55.601
(=) Saldo líquido de exposição cambial	-281	-4.972	-59.653
Saldo líquido de exposição cambial em USD (EUR e JPY equivalentes em USD) em milhares			
	USD		-281
(*) Paridade EUR / USD 1,2273	EUR		-8.102
(**) Paridade JPY / USD 103,04779	JPY		-579
	Total		-6.962

Adicionalmente apresentamos o nocional dos derivativos de Termo de Moeda para proteção do plano econômico da Companhia:			
Moeda	Valores USD Mil	Valores EUR Mil (*)	Valores JPY Mil (**)
	-16.540	-12.873	355.931

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo líquido de exposição cambial da Companhia equivalentes em dólares norte-americanos (Euros e Ienes convertidos em dólares norte-americanos) foi de USD 14.627 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

em 31 de Dezembro de 2019:

Exposição cambial do saldo do contas a receber e a pagar em moeda Estrangeira			
Item	Valores USD Mil	Valores EUR Mil (*)	Valores JPY Mil (**)
(+) Contas a Receber	19.936	7.513	0
(+) Depósitos à vista (em Moeda Estrangeira)	7.134	11.270	0
(-) Adiantamento de Contrato de Câmbio / NCE	0	-38.044	0
(-) Importações	-2.481	-7.464	-68.580
(-) Termo de Moeda - Venda	-8.959	0	44.891
(=) Saldo líquido de exposição cambial	15.630	-26.725	-23.689
Saldo líquido de exposição cambial em USD (EUR e JPY equivalentes em USD) em milhares			
	USD		15.630
(*) Paridade EUR / USD 1,124	EUR		-30.039
(**) Paridade JPY / USD 108,49798	JPY		-218
	Total		-14.627

Adicionalmente apresentamos o nocional dos derivativos de Termo de Moeda para proteção do plano econômico da Companhia:			
Moeda	Valores USD Mil	Valores EUR Mil (*)	Valores JPY Mil (**)
	22.879	21.877	-428.036

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira. Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente apurados pelas taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a apreciação e deterioração sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis. Para cada um dos cenários (apreciação de deterioração) foram estimadas variações de 25% e 50% do real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados nos quadros abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo:

Análise de sensibilidade das exposições cambiais oriundas das operações incorridas (Fluxo de caixa efetivo):

Nas análises a seguir foram utilizadas as taxas de venda divulgadas em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 pelo Banco Central do Brasil para as moedas USD, EUR e JPY.

Quadro da análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2021:												
Cenários	* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor USD				* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor EUR				* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor JPY			
	Taxa de câmbio USD/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL	Taxa de câmbio EUR/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL	Taxa de câmbio JPY/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL
50% Melhor	8,3708			24.483	9,4815			7.021	0,0242			1.138
25% Melhor	6,8756			12.251	7,9013			3.556	0,0364			609
Data balanço	5,5805	8.753	5,5760	39	6,3210	2.193	6,2789	90	0,0485	(43.175)	0,0505	88
25% Pior	4,1854			-12.172	4,7408			-3.375	0,0606			-436
50% Pior	2,7903			-24.383	3,1605			-6.840	0,0727			-958

Quadro da análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2020:												
Cenários	* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor USD				* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor EUR				* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor JPY			
	Taxa de câmbio USD/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL	Taxa de câmbio EUR/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL	Taxa de câmbio JPY/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL
50% Melhor	2,5984			719	3,1690			15.483	0,0252			1.509
25% Melhor	3,8975			354	4,7834			7.556	0,0378			758
Data balanço	5,1967	(281)	5,1575	-11	6,3779	(4.972)	6,3029	-373	0,0504	(59.653)	0,0505	4
25% Pior	6,4959			-376	7,9724			-8.301	0,0630			-746
50% Pior	7,7951			-741	9,5669			-18.229	0,0756			-1.497

Quadro da análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019:												
Cenários	* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor USD				* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor EUR				* Saldo Líquido de Exposição Cambial Valor JPY			
	Taxa de câmbio USD/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL	Taxa de câmbio EUR/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL	Taxa de câmbio JPY/BRL de Liquidação das cambiais	Saldo Líquido	** Taxa média das Cambiais	Total BRL
50% Melhor	6,0461			30.892	2,2653			60.540	0,0186			476
25% Melhor	5,0384			15.142	3,3979			30.272	0,0279			256
Data balanço	4,0307	15.630	4,0696	-609	4,5305	(26.725)	4,5306	3	0,0372	(23.689)	0,0387	37
25% Pior	3,0230			-16.359	5,6631			-30.266	0,0464			-182
50% Pior	2,0154			-32.108	6,7958			-60.538	0,0557			-403

(*) Valores em milhares.

(**) Taxa média de Embarque das Cambiais que compõem o saldo líquido de exposição cambial.

Análise de sensibilidade do Fluxo de caixa orçado - Exposição em moedas estrangeiras

Quadro de Sensibilidade sobre as Operações de Derivativos nas moedas Euro, USD e JPY em NDF's, sobre o saldo líquido entre Exportações/Importações a serem realizadas

Cenários 2021	Taxa de câmbio USD/BRL de Liquidação das operações	Valor USD (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Taxa de câmbio EUR/BRL de Liquidação das operações (Paridade USD/EUR)	Valor Euro (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Taxa de câmbio JPY/BRL de Liquidação das operações	Valor JPY (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Ajuste Total R\$ Milhares
50% Melhor	2,7903	8.784	5,5746	24.458	3,1605	13.415	6,7087	47.600	0,0727	-918.510	0,0533	17.779	89.837
25% Melhor	4,1854	8.784	5,5746	12.203	4,7408	13.415	6,7087	28.400	0,0606	-918.510	0,0533	0.649	-45.252
Data do balanço	5,5805	8.784	5,5746	-2	6,3210	13.415	6,7087	5.201	0,0485	-918.510	0,0533	-4.481	688
25% Pior	6,9756	8.784	5,5746	-12.308	7,9013	13.415	6,7087	-15.999	0,0364	-918.510	0,0533	-15.811	-43.918
50% Pior	8,3708	8.784	5,5746	-24.563	9,4915	13.415	6,7087	-37.199	0,0242	-918.510	0,0533	-26.741	-88.503

Quadro de Sensibilidade sobre as Operações de Derivativos nas moedas Euro, USD e JPY em NDF's, sobre o saldo líquido entre Exportações/Importações a serem realizadas

Cenários 2020	Taxa de câmbio USD/BRL de Liquidação das operações	Valor USD (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Taxa de câmbio EUR/BRL de Liquidação das operações (Paridade USD/EUR 1,275)	Valor Euro (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Taxa de câmbio JPY/BRL de Liquidação das operações	Valor JPY (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Ajuste Total R\$ Milhares
50% Melhor	2,5984	-16.540	4,7234	-35.147	3,1890	-12.873	5,5285	-30.117	0,0756	355.931	0,0485	-9.878	-74.940
25% Melhor	3,8975	-16.540	4,7234	-13.660	4,7854	-12.873	5,5285	-9.591	0,0630	355.931	0,0485	-5.159	-28.440
Data do balanço	5,1967	-16.540	4,7234	7.828	6,3779	-12.873	5,5285	10.935	0,0504	355.931	0,0485	-702	18.061
25% Pior	6,4959	-16.540	4,7234	29.316	7,9724	-12.873	5,5285	31.460	0,0378	355.931	0,0485	3.786	64.562
50% Pior	7,7951	-16.540	4,7234	50.803	9,5669	-12.873	5,5285	51.986	0,0252	355.931	0,0485	8.273	111.062

Quadro de Sensibilidade sobre as Operações de Derivativos nas moedas Euro, USD e JPY em NDF's, sobre o saldo líquido entre Exportações/Importações a serem realizadas

Cenários 2019	Taxa de câmbio USD/BRL de Liquidação das operações	Valor USD (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Taxa de câmbio EUR/BRL de Liquidação das operações (Paridade USD/EUR 1,275)	Valor Euro (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Taxa de câmbio JPY/BRL de Liquidação das operações	Valor JPY (Milhares) Nacional	Taxa média ponderada - Vencimento (*)	Ajuste em R\$ Milhares	Ajuste Total R\$ Milhares
50% Melhor	2,0154	22.879	4,1049	47.805	2,2653	21.877	4,8160	55.804	0,0557	-428.036	0,0392	7.073	110.682
25% Melhor	3,0230	22.879	4,1049	24.751	3,3979	21.877	4,8160	31.025	0,0464	-428.036	0,0392	3.097	56.873
Data do balanço	4,0307	22.879	4,1049	1.897	4,5305	21.877	4,8160	6.246	0,0372	-428.036	0,0392	-978	7.065
25% Pior	5,0384	22.879	4,1049	-21.357	5,6631	21.877	4,8160	-18.532	0,0279	-428.036	0,0392	-4.854	-44.743
50% Pior	6,0461	22.879	4,1049	-44.411	6,7958	21.877	4,8160	-43.311	0,0186	-428.036	0,0392	-8.829	-96.551

Taxa de juros

Taxas de juros normalmente são associadas ao nível de inflação e o efeito desta e das medidas governamentais destinadas a combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica, podendo afetar negativamente as atividades da Companhia.

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas com papéis lastreados em CDI e TJLP, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo.

Dada essa condição de taxas a Companhia entende que volatilidade nas taxas de juros praticadas, não incorre em nenhum impacto significativo em seu resultado. Dessa forma, a Companhia mantém ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo custo amortizado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo e tão pouco efetua análise de sensibilidade na variação das taxas de juros. De modo geral todas as taxas são acompanhadas permanentemente pela Administração, analisando eventuais variações e, em sendo necessário, efetuará tais análises e aplicação de instrumentos de proteção.

10.3. - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

O Grupo avaliou as alterações ao NBC TG 48 (CPC 48) //IFRS 9, NBC TG 48 38 (CPC 38) //IAS 39, NBC TG 40 (CPC 40) //IFRS 7 e NBC TG 06 (CPC 06) //IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021 e verificou que não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva.

b) Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados e distingue a participação de acionistas não controladores no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado, correspondente ao percentual de participação nas controladas.

ii. Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

iii. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados

abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício quando aplicável e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, no entanto as diferenças cambiais resultantes da conversão dos *hedges* de fluxo de caixa são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apurada nas taxas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, com exceção da subsidiária MAHLE Argentina S.A., onde a sua demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada trimestre, resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda, conforme divulgado na nota explicativa nº 39.

iii. Demonstrações contábeis em economias hiperinflacionárias

As demonstrações contábeis da controlada MAHLE Argentina S.A. foram elaboradas conforme NBC TG 42 (CPC 42) – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária / IAS 29 - *Financial Reporting in Hiperinflationary Economies*. As demonstrações contábeis foram corrigidas para considerar os efeitos da inflação.

Uma economia é considerada hiperinflacionária quando certas características qualitativas e quantitativas estão presentes. Estas características incluem dentre outras, comportamento da população em relação à moeda local, indexação de preços a índices de inflação e nível de inflação acumulada nos últimos três anos (igual ou superior a 100%).

A aplicação deste pronunciamento está apresentado na nota explicativa nº 39.

c. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento, classificação e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- pelo custo amortizado;
- pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida;
- pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou
- pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa nº 36(i)). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. No entanto, veja a nota explicativa nº 36 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, caso for um derivativo ou caso for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja a nota explicativa nº 36 sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*.

ii. Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. Os custos das vendas compreendem a transferência do patrimônio, líquido de qualquer ganho ou perda do *hedge* de fluxo de caixa referente às compras de matérias-primas.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para os CPCs (*IFRS*) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A revisão da vida útil é realizada anualmente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

f. Ativos intangíveis e ágio

i. Ágio

Os ágios com base na expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dos investimentos. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo de mercado do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição, e estão fundamentados na rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período projetivo de cinco anos para sua unidade geradora de caixa (UGC) do negócio de anéis.

O ágio é medido pelo custo deduzido das perdas por redução ao valor recuperável. Esses ágios não são amortizados pela fundamentação de vida útil infinita e, anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado da sua UGC referente ao negócio de anéis, onde possui ágio alocado.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com aquisição e instalação de direitos de uso de *softwares* são capitalizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para o Grupo e amortizados, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 18 e os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os *softwares* comprados são capitalizados individualmente em conta específica de *software*, enquanto aqueles que fazem parte da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte do mesmo desde que seja exclusivo deste equipamento.

Os direitos de uso são capitalizados através dos investimentos incorridos no exercício. Os direitos de uso no Grupo referem-se ao direito de servidão de passagem ao Centro Tecnológico na cidade de Jundiáí.

Os direitos de uso referente ao custo de desenvolvimento de produtos são amortizados, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 18 e os demais direitos serão avaliados através de provisões para perdas por redução ao valor recuperável de intangível (*impairment*).

iii. Despesas e investimentos com desenvolvimento de tecnologia e produtos

Os gastos com pesquisas e desenvolvimentos ou outros conhecimentos em um plano de projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados antes do início de sua produção comercial ou do seu uso realizados pelo centro de pesquisas tecnológicas do Grupo são contabilizados como despesas (pesquisas) ou investimentos de intangíveis (desenvolvimento) de acordo com a sua natureza e projeções que resultem em benefícios econômicos futuros para o Grupo.

iv. Amortização

Quando aplicável, a amortização de ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis definidas, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

As vidas úteis definidas para os exercícios correntes estão descritas na nota explicativa nº 18.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja aplicável.

g. Redução ao valor recuperável – Impairment

i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha

aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando esgota toda as tentativas de negociação com o cliente, não conseguindo estabelecer um acordo entre partes e quando a Companhia reconhece alguma divergência a favor do cliente. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No

entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não são estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente.

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à unidade geradora de caixa ou “UGC”, ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a NBC TG 22 (CPC 22) – Informações por segmento / IFRS 8 – *Operating segments*.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os bens do imobilizado e intangível, quando aplicável a outros ativos, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação destes ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando aplicável, caso houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício, não podendo ser revertida quando for relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC).

h. Investimentos

Os investimentos em controladas nas quais a controladora detém o controle ou com influência significativa nas demonstrações financeiras individuais da controladora são avaliados pelo

método de equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

As demonstrações financeiras das controladas com sede no exterior são convertidas para reais utilizando-se os seguintes critérios:

- Contas ativas e passivas pela taxa de câmbio de fechamento;
- Contas específicas no patrimônio líquido pela taxa histórica das transações ou movimentações;
- Contas de resultado pela taxa de câmbio média mensal para economia não inflacionária e final de cada respectivo trimestre para economia hiperinflacionária.

As diferenças cambiais de controladas no exterior são lançadas na rubrica específica do patrimônio líquido da Companhia denominada “ajustes acumulados de conversão”. A realização destes ajustes de variações cambiais ocorre com a realização do investimento, ou seja, a alienação.

i. Benefícios a empregados

O Grupo concede benefícios basicamente em bases mensais, reconhecidos contabilmente.

A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota explicativa nº 37.

i. Plano de Previdência Complementar - Modalidade de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

O Grupo mantém plano de Previdência Aberta Complementar, estruturado no Regime Financeiro de Capitalização, na Modalidade de Contribuição Variável, descrito em regulamento específico, devidamente aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através do Processo de nº 15414.004168/2005/12.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um

recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos.

A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

ii. Perdas em contratos

Uma provisão para perdas em contratos é reconhecida em montantes suficientes para fazer face às perdas em contratos de vendas já firmados e para as suas estimativas de perdas já previstas, em que a Administração tem expectativa de incorrer em margens negativas. O Grupo reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

iii. Reestruturação

Uma provisão de reestruturação é reconhecida, quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para reestruturação compreendem por pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

iv. Contingências e depósitos judiciais vinculados a processos judiciais

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável e demais obrigações legais não vinculadas. O Grupo é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

k. Arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que

compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o NBC TG 47 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente //IFRS 15 – *Revenue from Contracts with Customers* para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

l. Receita operacional

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, das bonificações e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

As receitas são compostas entre dois mercados, o mercado OEM (“*Original Equipment Manufacturers*”), cujos clientes são as montadoras de automóveis, e no segmento de peças para reposição, denominado “*Aftermarket*”, cujos clientes são os grandes distribuidores de autopeças e retíficas de motores.

A Companhia operacionalmente mantém controles que evidenciam a natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as variações de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

n. Tributação

i. Tributos indiretos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Estado de São Paulo	Estado de Minas Gerais	Estado do Rio de Janeiro	Outros Estados
ICMS	4% e 18%	4% e 18%	4% e 20%	4% e 7% e 12%
IPI	4% e 20%	4% e 20%	4% e 20%	4% e 20%
PIS	1,65% a 2,30%	1,65% a 2,30%	1,65% a 2,30%	1,65% a 2,30%
COFINS	7,60% a 10,80%	7,60% a 10,80%	7,60% a 10,80%	7,60% a 10,80%
ISS	2% a 5%	2% a 5%	2% a 5%	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados

reduzindo o custo das vendas na demonstração do resultado.

ii. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam o Grupo a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam ao imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível

aos acionistas controladores da Companhia e as ações ordinárias em circulação emitidas no respectivo exercício conforme mencionado na nota explicativa nº 27.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há instrumentos com efeito diluidor. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida ação em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos da NBC TG 41 (CPC 41) – Resultado por ação e IAS 33 – *Earnings per share*.

p. Informação por segmentos

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

q. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 09 (CPC 09) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para *IFRS* representa informação financeira adicional.

r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações ainda não efetivas e que não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- i) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao NBC TG 25 (CPC25) /IAS 37;
- ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS 12)
- iii) Outras Normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:
 - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

10.5. - Políticas contábeis críticas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 e 36 - instrumentos financeiros - risco de crédito: a redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência de perda de recuperabilidade;
- Nota explicativa nº 12 - estoque – provisão para perdas nos estoques: as perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas estimadas com estoques obsoletos, classificadas como redutora dos estoques;
- Nota explicativa nº 15 - imposto de renda e contribuição social - realização de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais que possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 17 e 18 - vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis: as vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pelo Grupo. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio;
- Nota explicativa nº 18 - provisão para perdas por redução ao valor recuperável do intangível: a Companhia e suas controladas testam anualmente a recuperação de seus ativos, caso houver algum indicador de *impairment*, que gerariam eventuais perdas no ágio, esta perda seria registrada no resultado da Companhia. O Grupo utiliza o critério de fluxo de

caixa descontado, que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas por mudanças no cenário econômico ou mercadológico;

- Nota explicativa nº 23 e 24 - provisões diversas – provisão para perdas em contrato e provisões para garantia: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- Nota explicativa nº 25 - provisão para contingências e depósitos judiciais vinculados a processos judiciais: o Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;

- Nota explicativa nº 36 - valores justos dos instrumentos financeiros derivativos: todos os instrumentos financeiros derivativos devem ser registrados no balanço patrimonial ao valor justo, pelo regime de competência, como ativos financeiros quando eles representam direitos contratuais de receber caixa ou como passivos financeiros quando eles representam obrigações contratuais de entregar caixa. Os derivativos que são formalmente designados como instrumentos de *hedge* podem ser contabilizados aplicando as regras específicas de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

i. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e

– Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

O Grupo não possui instrumentos na hierarquia nível 3.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 36 de instrumentos financeiros.

10.6. - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos, tendo como objetivo implementar as ações necessárias para mitigar os riscos identificados e os quais poderiam comprometer a execução dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Os controles internos e sistemas de gerenciamento de riscos da Companhia relativos à preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que visam assegurar:

- A manutenção dos registros contábeis de modo que estes reflitam precisa e adequadamente as transações da Companhia. Portanto, proporcionando segurança de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Segurança de que recebimentos, pagamentos e lançamentos manuais nas demonstrações financeiras da Companhia estão feitos conforme sua política de assinaturas autorizadas;
- Salvaguarda de ativos, prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Para isso a Administração incentiva continuamente à adoção de controles sistêmicos que aumentam a eficiência e principalmente a segurança dos registros:
 - ✓ Revisão periódica de riscos de segregação de funções em seu sistema de gestão;
 - ✓ Workflow de aprovação de lançamentos realizados de forma manual na Contabilidade bem como o estabelecimento de controles mitigatórios periódicos;
 - ✓ Workflow para aprovação de documentos de compras e pagamentos;
- No entanto, caso controles automáticos não sejam aplicados, a organização implementa controles de mitigação alternativos para prevenir erros ou fraudes:
 - ✓ Aprovações de documentos, como por exemplo, movimentações de imobilizado e ajustes de estoques;
 - ✓ Revisão de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis pela Administração de modo a assegurar que as demonstrações estão livres de deficiências significativas;
 - ✓ Conciliações entre contas para assegurar que os saldos registrados se encontram em conformidade com sua origem, como confirmações bancárias, contas a receber, contas a pagar.
 - ✓ Estimativas contábeis são revisadas de forma criteriosa com base em posições de especialistas;

Contudo, o controle interno, independentemente da qualidade da sua estrutura e operação, pode reduzir, mas não eliminar, os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, por causa das limitações inerentes ao controle interno. Essas limitações incluem, por exemplo, a possibilidade de erros ou equívocos humanos, controles contornados por conluio ou burla, ou mesmo se os controles internos se tornarem inadequados devido a mudanças nas condições e na dinâmica dos riscos inerentes ao negócio.

Deste modo, ressalvadas as limitações inerentes aos controles internos, em linhas gerais, os controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras têm sido eficientes e adequados.

b. as estruturas organizacionais envolvidas, se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Em complemento a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos:

- A Gerência de Contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e controles internos que asseguram a adequação destas demonstrações.
- A Diretoria, representada pelo Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro, revisa as demonstrações financeiras de forma criteriosa antes de sua divulgação.
- A Companhia possui um processo interno, supervisionado pela Diretoria, envolvendo os responsáveis das áreas de negócio e a Auditoria Interna para acompanhar as ações que estão sendo realizadas, com objetivo de endereçar adequadamente os riscos e recomendações reportados pela Auditoria Externa. Este monitoramento é reportado periodicamente a Diretoria, a qual entende que este processo é efetivo e suporta a melhoria contínua da estrutura de controles internos.

c. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, seus auditores independentes consideraram seus sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria.

Tais comentários não comprometem a fidedignidade das demonstrações financeiras, e os tópicos identificados como passíveis de melhorias estão recebendo atenção da Companhia no contexto de um contínuo esforço para o aprimoramento do seu ambiente de controles internos.

Nenhuma deficiência relevante foi identificada pela auditoria externa em 2020.

d. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Assim, a Companhia entende que não há aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Finalmente, os Diretores entendem que os aspectos reportados pelos auditores independentes em seus relatórios de recomendação sobre os controles internos não afetam significativamente a adequação das demonstrações financeiras, nem comprometem, no julgamento da administração, a fidedignidade das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. Porém, tais aspectos estão sendo endereçados para melhoria contínua do ambiente de controles internos da Companhia.

10.7. - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos em decorrência da distribuição pública de ações ordinárias ocorrida em junho de 2011, visto que tais recursos foram revertidos integralmente ao acionista vendedor MAHLE Industriebeteiligungen GmbH.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos em decorrência da distribuição pública de ações ordinárias ocorrida em junho de 2011.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos em decorrência da distribuição pública de ações ordinárias ocorrida em junho de 2011.

10.8. - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nessa Proposta da Administração e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9. - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) Natureza e propósito da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. - Plano de negócios

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2022 os investimentos previstos no orçamento de capital perfazem o montante de R\$ 107,3 milhões, para investimentos em novos produtos, aumento de capacidade,

racionalizações, ferramentais, qualidade, terrenos e construções, equipamentos para pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação, meio ambiente, intangíveis e outros.

Em 2021 os investimentos realizados no orçamento de capital perfazem o montante de R\$ 85,7 milhões, foram destinados aos equipamentos para pesquisa e desenvolvimento, renovação de máquinas e equipamentos visando aumento de produtividade e qualidade, novos produtos, melhorias em edificações, tecnologia da informação, entre outros.

Em 2020 os investimentos realizados no orçamento de capital perfazem o montante de R\$ 68,6 milhões, e que serão destinados, principalmente, para investimentos em novos produtos, aumento de capacidade, racionalizações, ferramentais, qualidade, terrenos e construções, equipamentos para pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação, meio ambiente, intangíveis e outros.

Em 2019 os investimentos realizados no ativo imobilizado e intangível foram de R\$ 99,8 milhões, destinados, principalmente, aos equipamentos para pesquisa e desenvolvimento, programas de eficiência energética, renovação de máquinas e equipamentos visando aumento de produtividade e qualidade, novos produtos, a novas edificações, tecnologia da informação, entre outros.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O fluxo de caixa operacional historicamente positivo também tem sido uma importante fonte de financiamento dos investimentos da Companhia. Por fim, linhas de financiamento especiais do BNDES que oferecem taxas e prazos facilitados por meio de programas como o Finame, Finem e Exim, assim como linhas de financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação também são exemplos de fontes de financiamento para os investimentos da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o futuro próximo.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciaram materialmente a capacidade produtiva do emissor nos últimos três exercícios sociais.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia está continuamente conduzindo pesquisas, mas tem por prática não as divulgar individualmente, em especial as pesquisas elaboradas em conjunto com seus clientes, a menos que se tenha expectativa de que uma pesquisa individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento pesquisas materiais individualmente consideradas que já tenham sido divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos (R\$ milhões)	-51,5	-64,1	-83,7
Varição em relação ao período anterior (R\$ milhões)	12,6	19,6	-3,7
Varição em relação ao período anterior (%)	-19,6%	-23,4%	4,6%
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços (R\$ milhões)	3.615,1	2.402,6	2.526,2
Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos em relação à Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	1,4%	2,7%	3,3%

Tais despesas abrangem principalmente custos de pessoal de desenvolvimento.

O foco do investimento está nas inovações tecnológicas, registro de patentes e lançamento de novos produtos no mercado e desenvolvimentos em parceria com clientes.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia está continuamente desenvolvendo novos projetos e produtos, mas tem por prática não os divulgar individualmente, em especial os projetos e produtos elaborados em conjunto com seus clientes, a menos que se tenha expectativa de que um projeto ou produto individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento outros novos projetos ou produtos materiais individualmente considerados sendo desenvolvidos que já tenham sido divulgados.

iv. Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.10(c)(ii) supra.

10.11. - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores com influência relevante nos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

ANEXO II**PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09**

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº. 481/2009**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO****1. Informar o lucro líquido do exercício.**

2021 (R\$ milhões)
566,8

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante 2021, a Administração da Companhia declarou a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos, no montante bruto de R\$ 69,9 milhões, a serem ratificados na próxima Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022 conforme quadro abaixo:

Data da Aprovação	Data Fato Gerador ou Apropriação Contábil	Data Ex-proventos	Data do Pagamento	Tipo do Provento	Período	Exercício Referência	Total Bruto (R\$ milhões)	Valor Bruto/Ação (R\$)	Valor Líquido/Ação (R\$)
27/12/2021	27/12/2021	03/01/2022	27/05/2022	JCP	01/01/2021 à 31/12/2021	2021	69,9	0,5449591998	0,4632153198
Total 2021							69,9	0,5449591998	0,4632153198

A importância correspondente aos juros sobre o capital próprio foi computada na determinação do valor dos dividendos obrigatórios dos exercícios de 2021, 2020 e 2019, em conformidade com o §1º do Artigo 27º do Estatuto Social.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

2021 (%)
95,0%

O percentual remanescente (5,0%) é composto pela Reserva Legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Em 28 de maio de 2021 foram pagos dividendos adicionais propostos, no montante de R\$ 48.580.746,25 correspondendo a R\$ 0,3786245358 por ação ordinária, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Dividendos Complementares: no montante de R\$ 69.922.897,49, correspondendo a R\$ 0,5449591998 por ação ordinária.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Dividendos Complementares: A data de pagamento dos dividendos adicionais propostos e

Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes será definida na Assembleia Geral Ordinária, que irá ocorrer em 27 de abril de 2022.

c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não aplicável.

d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Terão direito aos dividendos os acionistas com posição acionária em 27/04/2022 e a partir de 28/04/2022 as ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex” dividendos.

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**

2021 (R\$ milhões)
R\$ 69,9 milhões (bruto) ou R\$ 60,5 milhões (líquido)

b. **Informar a data dos respectivos pagamentos.**

Vide item 2.

Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

c. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

(R\$ milhões)	2021 (R\$ milhões)	2020 (R\$ milhões)	2019 (R\$ milhões)
Lucro líquido	566,9	124,5	259,0

d. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

(R\$ milhões)	2021 (R\$ milhões)	2020 (R\$ milhões)	2019 (R\$ milhões)
Dividendo	469,3	48,6	175,6
JCP (Líqu.)	60,5	60,7	70,6

7. **Havendo destinação de lucros à reserva legal.**

a. **Identificar o montante destinado à reserva legal.**

2021 (R\$ milhões)
28,3

b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal. R\$ mil**

Lucro Líquido de 2021 (atribuível aos acionistas da controladora)	566.858
(x) Percentual Destinado à Reserva Legal - 5%	28.343

8. **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

a. **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.**

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

b. **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

Não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

9. **Em relação ao dividendo obrigatório.**

a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.**

O Estatuto Social, em seu art. 27º, III, (c), prevê a destinação de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/1976, ao pagamento do dividendo anual obrigatório. Considerando que o capital social da Companhia é representado apenas por ações ordinárias, o dividendo obrigatório por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício, após os ajustes previstos em lei (reserva legal e realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido de impostos), pelo número de ações ordinárias emitidas pela Companhia, descontadas, se houver, as ações mantidas em tesouraria.

b. **Informar se ele está sendo pago integralmente.**

O dividendo mínimo obrigatório, calculado conforme descrito no item 9(a), foi antecipado e pago parcialmente no exercício de 2021. A Companhia declarou a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 69,9 milhões e registrou como complemento o montante de R\$ 64,9 milhões na rubrica de Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes.

c. **Informar o montante eventualmente retido.**

Vide item 10 abaixo

10. **Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.**

a. **Informar o montante da retenção.**

Não aplicável para 2021.

b. **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Não aplicável.

c. **Justificar a retenção dos dividendos.**

Vide item b acima.

11. **Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.**

a. **Identificar o montante destinado à reserva.**

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

Não aplicável, visto que não haverá retenção de lucros.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Os investimentos previstos no orçamento de capital da MAHLE Metal Leve S.A. aprovado pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2021 demandarão recursos da ordem de R\$ 107,3 milhões, e serão destinados novos produtos, aumento de capacidade, racionalizações, ferramentais, qualidade, terrenos e construções, equipamentos para pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação, meio ambiente, intangíveis e outros, os quais serão submetidos para aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022.

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

ANEXO III

Para fins do Artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09 e do Previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14

Procedimento para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia

Salvo se acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia requererem a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48h da assembleia (artigo 141 da LSA e Instrução CVM nº 165/91), a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de votação majoritária, nos termos do artigo 129 da LSA.

Caso, porém, o procedimento de voto múltiplo venha a ser regularmente requerido, será divulgado na Assembleia o número de votos necessários para garantir a eleição de, ao menos um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas nela presentes. Serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração pelo procedimento de voto múltiplo, podendo cada acionista alocar livremente seus votos entre os candidatos, e sendo eleitos os candidatos que receberem o maior número de votos.

Terão ainda o direito de eleger em separado um membro do Conselho de Administração e seu suplente a maioria de acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia (artigo 141, §4º da LSA e decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ/2005/5664). Somente poderão exercer tal direito os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

Para tais fins, o acionista que desejar requerer a adoção ou participar da eleição em separado de membro do Conselho de Administração, na forma do artigo 141, §6º da LSA, (i) deverá apresentar à Companhia, junto com os demais documentos exigidos para o seu credenciamento, a comprovação de titularidade ininterrupta das ações, emitida pela entidade competente não antes de 25 de abril de 2022; ou (ii) em caso de participação por meio de boletim de voto a distância, deverá enviar à Companhia, através do endereço eletrônico relacoes.investidores@br.mahle.com, o comprovante da titularidade ininterrupta da participação acionária, emitido pela entidade competente não antes de 25 de abril de 2022, sendo certo que tal comprovação somente será considerada válida se recebida no e-mail acima informado até às 9:00 horas do dia 27 de abril de 2022.

As ações detidas pelos acionistas que optarem pela votação em separado serão excluídas do número de ações votantes para fins da eleição majoritária ou através do voto múltiplo.

Conselho de Administração – indicações

Os **Acionistas Controladores** indicam os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024:

Nome	Órgão	Cadeira
Mr. Peter Paul Wilhelm Grunow	Conselho de Administração	Membro titular
Dr. Heinz Konrad Junker	Conselho de Administração	Membro titular
Dr. Wolfgang Werner Ernst Fritz Fritzemeyer	Conselho de Administração	Membro titular
Mr. Eduardo Augusto Rocha Pocetti	Conselho de Administração	Membro titular
Mr. Dimas Lazarini Silveira Costa	Conselho de Administração	Membro suplente
Mrs. Camila Pagliato Figueiredo	Conselho de Administração	Membro suplente
Mr. Flávio Venturelli Helú	Conselho de Administração	Membro suplente
Mrs. Juliana Gonçalves Soares	Conselho de Administração	Membro suplente

O Acionista **Trígono Capital Ltda** indica o Sr. Reginaldo Ferreira Alexandre (titular) e Luiz Tarquinio Sardinha Ferro (suplente) para compor o Conselho de Administração, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Nome	Órgão	Cadeira
Sr. Reginaldo Ferreira Alexandre	Conselho de Administração	Membro titular
Luiz Tarquinio Sardinha Ferro	Conselho de Administração	Membro suplente

Conselho Fiscal - indicações

A Companhia não tem Conselho Fiscal permanente. Nos termos do Art. 161, § 2º da Lei 6.404/76 e do Art. 25 do Estatuto Social da Companhia vigente, o conselho fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, oportunidade em que serão eleitos os seus membros.

Instalado o Conselho Fiscal, os Acionistas Controladores indicam os seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024:

Nome	Órgão	Cadeira
Mr. Axel Erhard Brod	Conselho Fiscal	Membro titular
Mr. Hélio Carlos de Lamare Cox	Conselho Fiscal	Membro titular
Mr. José Gomes Rodrigues	Conselho Fiscal	Membro titular
Mr. Márcio de Oliveira Santos	Conselho Fiscal	Membro titular

O acionista **Trígono Capital Ltda.** solicita a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º da Lei 6.404/76. Desta forma, o Acionista **Trígono Capital Ltda.** indica o Sr. Michael Lehmann (titular) e o Sr. Massao Fábio Oya (suplente) para compor o Conselho Fiscal, com mandatos até a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Nome	Órgão	Cadeira
Sr. Michael Lehmann	Conselho Fiscal	Membro titular
Sr. Massao Fábio Oya	Conselho Fiscal	Membro suplente

Por fim, em relação à remuneração a ser atribuída aos membros efetivos do Conselho Fiscal, ela é fixada pela assembleia geral que os elege e não será inferior, para cada membro, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, conforme artigo 162, §3º da LSA.

12.5 - Informações do Formulário de Referência, em relação aos indicados aos cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, indicados pelos Controladores e acionistas minoritários.

Se for membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência.

O Conselho de Administração observa o disposto no artigo 17 e do artigo 25, parágrafo único do Regulamento do Novo Mercado, destacando que na reunião realizada em 08 de março de 2022, com relação aos candidatos indicados até aquele momento para compor o Conselho de Administração no biênio 2022-2024 e que será objeto de eleição na Assembleia Geral Ordinária da Companhia: (i) avaliou a aderência de cada candidato ao cargo de membro do órgão à política de indicação; (ii) avaliou a enquadramento dos candidatos a conselheiros independentes aos critérios de independência do Novo Mercado, baseando-se, inclusive, na declaração de independência apresentada por tais membros.

Assim, e com relação aos conselheiros de Administração Peter Paul Wilhelm Grunow (titular) e Eduardo Augusto Rocha Pocetti (titular) e ao conselheiro Fiscal Hélio Carlos de Lamare Cox (titular), são considerados membros independentes uma vez que não possuem vinculação com o emissor, suas controladas e interligadas.

Adicionalmente, os conselheiros de administração Reginaldo Ferreira Alexandre (titular) e Luiz Tarquinio Sardinha Ferro (suplente) e os conselheiros fiscais Michael Lehmann (titular) e Massao Fabio Oya (suplente) são considerados membros independentes tendo em vista que foram indicados pelo acionista minoritário Trígono Capital Ltda., inclusive firmando declaração nesse sentido.

Conselho de Administração – Membros Titulares indicados pelos Acionistas Controladores

PETER PAUL WILHELM GRUNOW

Administrador de Empresas graduado pela Universidade de *Frankfurt* na Alemanha. Nascido em 25/04/1949. Membro titular do Conselho de Administração da Mahle Metal Leve S.A. desde 2001.

De 2010 a 2013 – CEO do Grupo Behr GmbH , Stuttgart.
De 2001 a setembro de 2010 – Vice-presidente do Grupo MAHLE GmbH;
1999 - Presidente da MAHLE Metal Leve S.A. e MAHLE Cofap Anéis S.A., Brasil;
1996 - Diretor Presidente da Metal Leve S.A., São Paulo, Brasil;
1994 - Diretor Administrativo/Presidente do Conselho de Administração da MAHLE J. Wizemann-Pleuco GmbH;
1991 - Diretor Administrativo da MAHLE J. Wizemann Verwaltungs GmbH;
1984 - Diretor Administrativo da CIMA, Brasil;
1981 - Diretor Administrativo da MMG, Brasil;
1978 - Assistente da Diretoria da MAHLE GmbH;
1976 - Controladoria de uma divisão de negócios da MAHLE GmbH;
1974 - Assistente da Chefia de Controladoria e Contabilidade da MAHLE GmbH;
1974 - Graduação em Administração de Negócios, Universidade de Frankfurt, Alemanha.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

HEINZ KONRAD JUNKER

Nascido em 16/12/1949.

Desde 2015 – Chairman of Supervisory Board da MAHLE GmbH e da MABEG.
1996 – Presidente Mundial do Grupo MAHLE;
1994 – Professor honorário na Ruhr University Bochum, Alemanha;
1987 – 1994 – Professor Lecturer de Engenharia Automóvel na Ruhr University Bochum, Alemanha;
1986 – 1995 Diretor Administrativo TRW Fahrwerksysteme GmbH, Duesseldorf, Alemanha;
1985 – 1986 – Diretor Administrativo da FKA (Automotive Research), Aachen, Alemanha;
1984 – Doutorado em Engenharia Automotiva, Universidade Técnica (RWTH), Aachen, Alemanha;
1975 – Graduação em Engenharia Automotiva, Universidade Técnica (RWTH) Aachen, Alemanha;
1969 – Estudos de Engenharia Mecânica na Universidade Técnica (RWTH) Aachen, Alemanha.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer

atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

WOLFGANG WERNER ERNST FRITZ FRITZEMEYER

O Prof. Dr. Wolfgang Fritzemeyer, LL.M., é um advogado alemão admitido e exerce a advocacia no escritório internacional de advocacia Baker McKenzie desde 1983, como sócio desde 1988. Começou a praticar em Frankfurt e foi, de 2000 até sua aposentadoria em 2018, com sede no escritório de Munique. Em 1986/87 trabalhou nos escritórios australianos da Baker & McKenzie (em Sydney e Melbourne). Ele é admitido como advogado no Estado de Nova York, EUA, e como advogado em New South Wales, Austrália. O Prof. Fritzemeyer assessorou empresas nacionais e internacionais – tanto do lado da oferta quanto da demanda – principalmente nas áreas de M&A, bem como em uma ampla gama de questões de direito contratual, com especial ênfase em projetos de TI e terceirização. Ele é Presidente da European Outsourcing Germany (e.V.), professor da Universidade de Munique e Professor Adjunto da Universidade de Constança. Ele continua trabalhando, principalmente em assuntos pro-bono, como único praticante.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI

Bacharel em Ciências contábeis pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Nascido em 06/08/1954. Atuou por 39 anos na função de auditoria contábil, coordenando trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis de empresas e conglomerados empresariais de diversos segmentos. É membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon – Cadeira 26) e membro da Academia Paulista de Contabilidade (APC – Cadeira 21).

Atualmente é Membro do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP (desde abril de 2020), Lojas Marisa (desde fevereiro de 2019), Marfrig Global Foods (desde abril de 2014), membro titular do Conselho de Administração da MAHLE Metal Leve S.A. desde 2017 e membro do Conselho Consultivo do Centro de Integração Empresas Escola CIEE, desde 2021.

Foi Presidente do Conselho de Administração do Ibracon para o triênio 2015-2020, Presidente da Diretoria Nacional do Ibracon para o triênio 2012-2014, membro do Conselho Fiscal da Liq. Participações S.A de 2018 a 2020, Vice-Presidente do Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informações Financeiras para o triênio

2015-2017 e presidente de 2017-2019, membro titular do Conselho Fiscal da MAHLE Metal Leve S.A. de 2015 a 2016, membro do Conselho do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – triênio 2012-2014, presidente da BDO Auditores durante maio de 2004 até abril de 2011, sócio da KPMG de abril de 2011 a outubro de 2014.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Conselho de Administração – Membro Titular indicado pelo acionista Trígono Capital Ltda.

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE

Economista, com dezoito anos de experiência na área de análise de investimentos, como analista, organizador e diretor de equipes de análise, tendo ocupado essas posições, sucessivamente, no Citibank, Unibanco, BBA (atual Itaú-BBA) e Itaú Corretora de Valores. Trabalhou ainda como analista de crédito corporativo (Citibank) e como consultor nas áreas de estratégia (Accenture) e de *corporate finance* (Deloitte). Atuou também na ProxyCon Consultoria Empresarial, empresa dedicada às atividades de assessoria e prestação de serviços nas áreas de mercado de capitais, finanças e governança corporativa, entre 2003 e 2017.

Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – órgão formulador das normas contábeis brasileiras - desde sua fundação, em 2005.

Vice Coordenador de Relações Institucionais do CPC. Analista de investimentos certificado (CNPI).

Gestor de valores mobiliários credenciado pela CVM. Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC.

Um dos autores do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas (incorporado à Instrução CVM 586)

Conselheiro de Administração da Mahle Metal Leve S.A. (empossado em junho de 2017 e reeleito em abril de 2018, abril de 2019 e maio de 2020)

Membro efetivo, atualmente, dos Conselhos Fiscais das seguintes empresas de capital aberto:

Rumo S.A. (eleito em abril de 2019 e reeleito em julho de 2020)

Ser Educacional S.A. (presidente do colegiado, eleito em abril de 2015 e reeleito em abril de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020)

Cia. Energética de Brasília – CEB (presidente do colegiado, eleito em abril de 2019 e reeleito em julho de 2020)

Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul (eleito em abril de 2021) Membro do Conselho Fiscal do Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM

Membro suplente, atualmente, dos Conselhos das seguintes empresas de capital aberto:

Braskem S.A. (membro suplente do Conselho Fiscal, eleito em maio de 2020)

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (membro suplente do Conselho Fiscal, eleito em outubro de 2021)

Ex-membro do Comitê de Auditoria da Paranapanema S.A. (2017) Ex-membro dos Conselhos Fiscais das seguintes companhias:

Petrobras S.A. (eleito em abril de 2013 e reeleito em abril de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018)

Cia. de Saneamento do Paraná – Sanepar (eleito em abril de 2017 e reeleito em abril de 2018, 2019 e 2020)

Cia. Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (eleito em em abril de 2020)

lochpe Maxion S.A.(eleito em abril de 2013 e reeleito em abril de 2014, 2015, 2016 e 2017)

BRF S.A. (eleito em abril de 2015 e reeleito em abril de 2016)

Aliansce Shopping Centers S.A. (eleito em abril de 2014 e reeleito em abril de 2015)

Cremer S.A. (presidente do Conselho Fiscal; eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012)

Movida S.A. (eleito em janeiro de 2017)

Paraná Banco S.A. (eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012, 2013, 2014 e 2015)

Tecnisa S.A. (eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012)

Tele Norte Celular Participações S.A. (eleito em abril de 2006 e reeleito em abril de 2007)

Unipar Carbocloro S.A. (eleito em abril de 2012 e reeleito em abril de 2013 e em abril de 2015)

Bradesco S.A. (membro suplente do Conselho Fiscal, eleito em março de 2017 e reeleito em março de 2018, 2019 e 2020)

Bradespar S.A. (suplente; eleito em abril de 2012)

Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, atual Arcelor Mittal (suplente; eleito em abril de 2004 e reeleito em abril de 2005)

Grendene S.A. (suplente; eleito em abril de 2012 e reeleito em abril de 2013 e de 2014)

Indústrias Romi (suplente, eleito em abril de 2015)

Grazziotin S.A. (suplente, eleito em abril de 2015)

SLC Agrícola (suplente; eleito em abril de 2013 e reeleito em abril de 2014 e de 2015)

Ex-presidente da Associação Brasileira de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, eleito para o período 2015-2016

Ex-presidente da Associação Brasileira de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, seção São Paulo, eleito para o período 2011-2012.

Membro do Comitê de Governança das Estatais, da B3 Ex-membro do Comitê de Aquisições e Fusões – CAF.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou

pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Conselho de Administração – Membros Suplentes indicados pelos Acionistas Controladores

DIMAS LAZARINI SILVEIRA COSTA

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1992. Nascido em 24/04/1966. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Atua na área do Direito Tributário, no escritório França Ribeiro Advogados onde ingressou em fevereiro de 1990 e do qual é Sócio.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

CAMILA PAGLIATO FIGUEIREDO

Graduada em Direito pela Universidade Paulista em 2001. Nascida em 15/04/1978. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Advogados de São Paulo e Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA. Atuou nas áreas de Direito de Família e Sucessões e Tributário, atuando atualmente na área de Direito Societário, no escritório França Ribeiro Advocacia, onde ingressou em 1998 e do qual é associada.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

FLÁVIO VENTURELLI HELÚ

Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Nascido em 20/04/1965. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Desde novembro de 2006 atua como sócio no escritório França Ribeiro Advocacia, atuando em direito tributário – impostos indiretos. Já atuou nas áreas societária, falimentar, civil e eleitoral.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou

pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

JULIANA GONÇALVES SOARES

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu em 2006. Pós-graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Nascida em 08/05/1984. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Advogados de São Paulo e Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA. Atua na área do Direito do Trabalho no escritório França Ribeiro Advogados onde ingressou em 02/06/2004 e do qual é sócia.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Conselho de Administração – Membro Suplente indicado pelo acionista Trígono Capital

LUIZ TARQUINIO SARDINHA FERRO

Nascido em 28/01/1961. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília, e com especialização em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV), sendo, desde maio de 2018 Diretor da Etrus Consultoria Ltda.

Experiência profissional

Jan/2003 – Abr/2018: Presidente da Tupy S.A.

Dez/1998 – Dez/2002: Presidente da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

Jun/1996 – Dez/1998: Diretor da Unidade de Finanças do Banco do Brasil S.A.

Fev/1995 – Jun/1996: Coordenador-Geral de Administração da Dívida Pública – Secretaria do Tesouro Nacional

Outras atividades

Jan/1999 – Abr/2003: Membro e Presidente do Conselho de Administração da Vale.

Mar/2004 – Mar/2007: Conselheiro de Administração da Karsten S.A.

Ago/2013 – Dez/2016: Conselheiro de Administração da Duas Rodas Industrial Ltda.

Fev/2019 – Jun/2019: Conselheiro de Administração da Paranapanema S.A.

Nov/2019 – Mar/2021: Conselheiro de Administração da Condor S.A.

Ago/2020 – Out/2021: Conselheiro de Administração da Librelato S.A.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Conselho Fiscal – Membros Titulares indicados pelos Acionistas Controladores

AXEL EHRARD BROD

Administrador de empresas pela *Universität des Saarlandes em Saarbrücken* na Alemanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ. Nascido em 15/07/1957. Atualmente é Sócio-Diretor da ABZ Assessoria e Consultoria Empresarial e participa de Conselhos Fiscais da MAHLE Metal Leve SA (desde 2011), da Marfrig Global Foods SA (desde 2013) e da Faber-Castell SA (desde 2011). Participou de Conselhos Fiscais da Metalúrgica Gerdau SA (2011 a 2013), da Santos Brasil SA (2012 a 2016) e da Queiroz Galvao Exploração e Produção SA (2014 a 2017). De 1999 a 2010 atuou no Grupo MAHLE exercendo diversas funções, entre as quais em equipes de gestão no Grupo MAHLE global; como membro e Presidente de diversos conselhos de administração em “joint ventures” e empresas do Grupo; e na MAHLE Metal Leve S.A. como Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores entre 1999 a 2010, sendo que de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. De 1990 a 1998 exerceu funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços chegando a atuar como Diretor Administrativo-Financeiro do Grupo na América do Sul. De 1984 a 1989 atuou na KPMG Auditores Independentes como gerente de auditoria da German Desk da filial no Rio de Janeiro.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

HELIO CARLOS DE LAMARE COX

Engenheiro Civil formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com Pós-graduação em Mercado de Capitais pela *Graduate School of Economics* da Fundação Getúlio Vargas; em Contabilidade e Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Estudo Contábeis - ISEC e MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC.

Nascido em 13/06/1950, atuou nos últimos 06 anos, no Conselho Fiscal da A.W. Faber-Castell S.A. (atual), MAHLE Metal Leve S.A. (atual) e da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (até abril 2016). Atuou nos últimos 07 anos, como proprietário da De Lamare Ass. & Cons. Financeira Ltda empresa focada em melhorar as práticas de gestão corporativa, otimizando a estrutura de capital e analisando alternativas para a redução da carga tributária.

Foi CFO e membro do Conselho de Administração de empresas de distribuição de aço comercial do Grupo Usiminas durante 15 anos. Profissional com mais de 25 anos de experiência como CFO responsável pelo desenvolvimento de diretrizes estratégicas nas áreas de finanças, tesouraria, tecnologia da informação, recursos legais e recursos humanos para empresas de médio e grande porte, tais como: Astromarítima Navegação S.A. (1991 - 1994), Limpetrol Engenharia Ltda. (1991 - 1994), Companhia de Investimentos Árabe Brasileira. (1980 - 1984), e Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (1975 – 1980).

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Conselho Fiscal – Membro Titular indicado pelo acionista Trígono Capital Ltda.

MICHAEL LEHMANN

Bacharel em Administração de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas e Conselheiro Fiscal certificado pelo IBGC – Modalidade CCF.

Desde 2020 é Conselheiro de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, além de atuar desde 2017 como Presidente do Conselho Fiscal do Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Também é Sócio da Aktos Consultoria Ltda.

2019 - 2020: CFO da Drauisse Brasil Comércio e Locação de Unidades Hidráulicas Inteligentes SA

2011 - 2015: Membro do Comitê de Auditoria do Hospital Alemão Oswaldo Cruz

2015 - 2020: Presidente do Conselho Fiscal do Hospital Alemão Oswaldo Cruz

2014 - 2016: Conselheiro de Administração da PCH Anhanguera SA

2008 - 2014: Diretor Financeiro da PCH Anhanguera SA

2005 - 2016: Gerente Executivo Contabilidade e Impostos da Volkswagen do Brasil

2006 - 2015: Conselheiro de Administração da Volkswagen Previdência Privada e Fundação Volkswagen

2000 - 2004: Diretor Financeiro da Autotex Indústria e Comércio Têxtil Ltda

1986 – 2000 - Diretor Financeiro / Gerente Financeiro e TI da Knorr Bremse Sistemas para Veículos Comerciais Brasil Ltda., MWM Motores Diesel Ltda e MWM Motores Diesel Argentina SA

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Conselho Fiscal – Membros Suplentes indicados pelos acionistas Controladores

JOSE GOMES RODRIGUES DA SILVA

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1972. Nascido na Capital do Estado de São Paulo em 24/12/1945. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Advogados de São Paulo e Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA. Atua na área do Direito Tributário, no escritório França Ribeiro Advocacia, onde ingressou, inicialmente, como estagiário, em março de 1970, passando a atuar como advogado em 1972 e do qual é sócio.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

MÁRCIO DE OLIVEIRA SANTOS

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1965. Nascido em 15/05/1943. Possui especialização em comércio internacional pela *Queen Mary College*, da Universidade de Londres. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Advogados de São Paulo e Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA. Atua na área de Contencioso Cível, no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em setembro de 1964 e do qual é Sócio Fundador.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Conselho Fiscal – Membro Suplente indicado pelo acionista Trígono Capital Ltda.

MASSAO FÁBIO OYA

Conselheiro Fiscal e de Administração Independente/ Contador com especialização – MBA em Gestão Financeira e Controladoria, atuando em Conselhos Fiscais e Administração de Companhias Abertas e fechadas.

Atualmente é Conselheiro Fiscal da Bicycletas Monark S.A. (Titular – desde abr/15 e Suplente – abr/14 a abr/15), Centro de Imagem Diagnósticos S.A. (Titular – desde abr/21), Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (Titular – desde abr/17 e Suplente – abr/13 a abr/17), Rossi Residencial S.A. (Titular – desde abr/17), Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (Titular – desde abr/13), Whirlpool S.A. (Titular desde abr/21 e de abr/18 a jul/20), Schulz S.A. (Suplente – desde abr/17), Tupy S.A. (Suplente – desde mai/20), WLM Particip. e Comércio de Máq. e Veículos S.A. (Suplente desde mai/20 e Titular – out/11 a abr/20), Mahle Metal Leve S.A. (Suplente – desde mai/20), Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (Suplente desde abr/21 e Titular – abr/15 a abr/17 e abr/13 a abr/14).

Também é membro do Conselho de administração da Pettenati Indústria Têxtil S.A. (Titular desde out/18) e Minupar Participações S.A. (Titular desde jun/21).

Já foi membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: TIM Participações S.A. (Titular – set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (Titular – abr/11 a abr/12), Wetzels S.A. (Titular – abr/11 a abr/12), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (Titular – abr/13 a abr/15), Companhia Paranaense de Energia - Copel (Titular – abr/15 a abr/17 e abr/10 a abr/11), Companhia Providência Ind. e Comércio (Titular – abr/14 a mar/16 e Suplente – abr/13 a mar/14), Pettenati Indústria Têxtil S.A (Titular – out/14 a out/18 e de out/10 a out/12), CSU Cardsystem S.A. (Suplente – abr/12 a abr/13), Mangels Industrial S.A. (Suplente – abr/12 a abr/13), Azevedo & Travassos S.A. (Suplente – abr/10 a abr/11), Brasil Ecodiesel S.A. (Suplente – abr/11 a ago/11), M&G Poliéster S.A. (Suplente – abr/13 a abr/15), Tegma Gestão Logística S.A. (Suplente – abr/14 a abr/15), Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (Suplente – abr/14 a abr/16), EZ TEC Empreend. e Participações S.A. (Suplente – abr/12 a abr/17), Alpargatas S.A. (Suplente – abr/17 a abr/18), Liq Participações S.A. (Suplente –abr/18 a abr/20), Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Suplente – abr/18 a abr/20), Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (Titular –jun/19 a jul/20 e de jun/15 a mar/16, além de Suplente de abr/13 a abr/15), São Martinho S.A. (Titular – Jul/17 a jul/20 e Suplente – jul/13 a jul/17), Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Titular -abr/17 a fev/21 e Suplente abr/15 a abr/17) e General Shopping S.A. (Titular – out/12 a abr/13 e Suplente – mai/19 a abr/21).

No período de 2009 a 2019, trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda (Associado de 2009 a 2013 e Sócio de 2013 a 2019), prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa.

O candidato declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha a impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Conselho de Administração:

Quantidade de reuniões	Conselheiros	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente
	Data da Reunião do Conselho da Administração	Peter Paul Wilhelm Grunow	Liliana Faccio Novaretti	Heinz Konrad Junker	Marcio de Oliveira Santos	Wolfgang Werner Ernst Fritz Fritzemeyer	Flávio Venturelli Helü	Eduardo Augusto Rocha Pocetti	Jose Gomes Rodrigues	Reginaldo Ferreira Alexandre	Walter Luis Bernardes Albertoni
1	10.03.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
2	10.03.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
3	29.04.2021	✓	x	x	x	x	x	✓	x	✓	x
4	29.04.2021	✓	x	x	x	x	x	✓	x	✓	x
5	12.05.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
6	11.08.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
7	11.08.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
8	11.11.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
9	11.11.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
10	07.12.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
11	27.12.2021	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x
Percentual de participação		100%	0%	82%	0%	82%	0%	100%	0%	100%	0%

Conselho Fiscal:

Quantidade de reuniões	Conselheiros	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente
	Data da Reunião do Conselho Fiscal	Axel Erhard Brod	Camila Pagliato Figueiredo	Hélio Carlos de lamare Cox	Dimas Lazarini Silveira Costa	Mario Probst	Massao Fábio Oya
1	02.03.2021	✓	x	✓	x	✓	x
2	10.03.2021	✓	x	✓	x	✓	x
3	10.05.2021	✓	x	✓	x	✓	x
4	05.08.2021	✓	x	✓	x	✓	x
5	18.08.2021	✓	x	✓	x	✓	x
6	04.10.2021	✓	x	✓	x	✓	x
7	04.11.2021	✓	x	✓	x	✓	x
8	25.11.2021	✓	x	✓	x	✓	x
Percentual de participação		100%	0%	100%	0%	100%	0%

12.7. - Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável. Destaca-se que, o Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, apesar de formalmente constituído irá iniciar suas atividades a partir de 31.03.2022, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável. Destaca-se que, o Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, apesar de formalmente constituído irá iniciar suas atividades a partir de 31.03.2022, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

12.9. - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não aplicável.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10. - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Conforme descrito no item 12.5.a, o Sr. Heinz Konrad Junker, membro do Conselho de Administração da Companhia emissora, ocupa o cargo de presidente do Conselho de Administração na acionista controladora indireta MAHLE GmbH e da MABEG e o Sr.

Wolfgang Werner Ernst Fritz Fritzemeyer é membro do *Supervisory Board* da acionista controladora indireta MAHLE GmbH.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.

ANEXO IV

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA NSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 9.093.164,66 (nove milhões noventa e três mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 2.157.948,03 (dois milhões e cento e cinquenta e sete mil e novecentos e quarenta e oito reais e três centavos) correspondentes à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 6.935.216,63 (seis milhões e novecentos e trinta e cinco mil e duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores. O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2022 e março de 2023.

Considerando-se que a remuneração efetivamente paga aos membros dos órgãos da administração da Companhia somente é conhecida após o encerramento do período de seus respectivos mandatos (abril de 2022 a março de 2023), não há, no presente momento, base de informações que nos permita fazer a comparação entre os valores aprovados na proposta anterior vis-à-vis os efetivamente pagos. Tão logo os valores estejam fechados, será efetivada a comparabilidade requerida e imediatamente divulgada a presente Proposta antes da AGO prevista para 27 de abril de 2022.

Acerca da diferença da proposta de remuneração atual com a anterior, temos que tal diferença é decorrente da aplicação do índice de inflação, encargos previdenciários e outros reajustes contratuais.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém política de remuneração para seus administradores, membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária e membros do Conselho Fiscal alinhada com as melhores práticas de mercado, focada na atração e retenção dos melhores profissionais. As bases de remuneração (fixa e variável) são mantidas em sintonia com as pesquisas de mercado e atreladas aos interesses dos executivos pertencentes ao seu quadro de administradores e aos acionistas da Companhia.

A Política de remuneração variável aplicável aos membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária é focada pelo compartilhamento dos resultados e riscos do negócio, dentro de uma visão transparente, alinhada aos objetivos da Companhia, norteado para a garantia de atingimento de resultados consistentes, contribuindo para o crescimento e vitalidade da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, estabelecida com base nas melhores práticas de mercado, visando à atração e retenção dos melhores profissionais. Os valores da remuneração são iguais para todos os membros do Conselho, exceto para o Presidente que tem definido um valor diferenciado.

b) Diretoria

Os membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária fazem jus à remuneração fixa correspondente a 70% (setenta por cento) e remuneração variável correspondente a 30% (trinta por cento). Por sua vez, a parte variável está atrelada totalmente a resultados financeiros da Companhia.

O objetivo da parcela variável da remuneração dos membros da Diretoria é retribuir, como forma de compensação, o compartilhamento dos riscos na gestão dos negócios, neste caso sempre atrelado ao atingimento de metas estipuladas para o exercício em questão.

Como remuneração indireta, a Companhia oferece ainda, como benefícios diretos e indiretos: refeição, seguro de vida em grupo, assistência médica, ajuda educacional e veículo.

c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, estabelecida com base nas melhores práticas de mercado, e cujo princípio já acima mencionado é o de atrair e reter os melhores profissionais. Os valores da remuneração são iguais para todos os membros do conselho fiscal, exceto para o Presidente deste órgão.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração definida aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é fixa e corresponde a 100% (cem por cento) da remuneração total.

Como já indiciado acima, para os membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária, a remuneração fixa corresponde a 70% (setenta por cento) do total da remuneração e 30% (trinta por cento) pela remuneração variável, esta paga em parcela única anual, após a consolidação dos resultados da Companhia.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As bases de remuneração atribuídas aos administradores e empregados da Companhia são atualizados pelos índices inflacionários, e ainda são periodicamente acompanhadas/alinhadas com o mercado através de pesquisas realizadas por empresas especializadas, com o objetivo de manter a competitividade dos valores pagos, assim como avaliar possíveis distorções.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia concentra a distribuição em parte fixa e outra variável, pois considera que a parte variável conta com forte conteúdo motivacional, ao mesmo tempo em que possibilita o compartilhamento na responsabilidade de gestão de riscos e na obtenção dos resultados do negócio.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável para os anos de 2018, 2019 e 2020.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Como informado em itens anteriores, a remuneração variável para a Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária e demais administradores da Companhia está atrelada aos resultados financeiros atingidos pela Companhia. Os indicadores de desempenho, composto por um conjunto de metas quantitativas e qualitativas, são específicos de cada área de atuação e definidos anualmente de acordo com os novos projetos a serem implementados. O grau de atingimento dessas metas (inferior, efetivo ou superior à meta pré-estabelecida) determina o valor da remuneração variável, e, são baseadas nos seguintes indicadores: EBT (Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social) e ROS (Retorno sobre as Vendas).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Qualquer ajuste nos valores da parte fixa da remuneração dos administradores depende da verificação da *performance* individual e das práticas de mercado e a parcela variável está vinculada diretamente aos resultados financeiros que a Companhia atingir.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

As práticas de remuneração utilizadas estão totalmente alinhadas aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Em sua estratégia a Companhia estabeleceu que a parte fixa da remuneração deve ser constantemente comparada às melhores práticas aplicadas no mercado como forma de retenção e atração dos profissionais, o que neste caso encontra-se adequado ao interesse de longo prazo. Por sua vez, a remuneração variável prevista atende ao interesse das partes profissionais / Companhia, propiciando uma gestão eficaz, uma vez que a compensação encontra-se atrelada à *performance* dentro de cada exercício visando o crescimento dos negócios em períodos futuros, reafirmando-se dessa forma a condição de compartilhamento dos riscos e resultados pelos administradores e Companhia, no curto e médio prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Prática não aplicada pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Prática não aplicada pela Companhia.

13.2. - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - v. remuneração baseada em ações
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	3	2
Remuneração Fixa Anual	1.775.230,36	601.454,14	3.780.462,27
Pró Labore / Honorários	1.566.925,28	530.857,32	2.628.648,42
Encargos Sociais	208.305,08	70.596,82	927.670,78
Benefícios Diretos ou Indiretos.....	NA	NA	224.143,07
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Outros.....	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	NA	NA	1.737.538,45
Bônus.....	NA	NA	1.312.836,00
Encargos Sociais	NA	NA	424.702,45
Participação nos Resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros.....	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	1.775.230,36	601.454,14	5.518.000,72

(¹) Com encargos sociais

Valores de Remuneração reconhecidos para o exercício social de 2020 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Proposta da Administração 2022



Ano 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	3	2
Remuneração Fixa Anual	1.836.926,33	605.324,11	4.094.051,88
Pró Labore / Honorários	1.610.885,64	530.857,32	2.989.878,44
Encargos Sociais	226.040,69	74.466,79	961.922,68
Benefícios Diretos ou Indiretos.....	NA	NA	142.250,76
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	NA	NA	632.809,50
Bônus.....	NA	NA	474.797,05
Encargos Sociais	NA	NA	158.012,45
Participação nos Resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	1.836.926,33	605.324,11	4.726.861,38

(¹) Com encargos sociais

Valores de Remuneração reconhecidos para o exercício social de 2021 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Ano 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	3	2
Remuneração Fixa Anual	1.913.205,48	604.721,63	4.276.778,63
Pró Labore / Honorários	1.679.519,40	530.857,32	3.149.792,77
Encargos Sociais	233.686,08	73.864,31	1.077.529,67
Benefícios Diretos ou Indiretos.....	NA	NA	49.456,19
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	2	NA	873.596,89
Bônus.....	NA	NA	655.459,85
Encargos Sociais	NA	NA	218.137,04
Participação nos Resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	1.913.205,48	604.721,63	5.150.375,52

(¹) Com encargos sociais

Valores de Remuneração previstos para o exercício social de 2022 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Conselho de Auditoria (¹):

Ano 2022	Conselho de Administração	Conselho Fiscal/Auditoria	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	3,75	2

Remuneração Fixa Anual	2.104.135,32	720.306,05	4.511.630,33
Pró Labore / Honorários	1.847.122,94	632.323,32,	3.348.806,62
Encargos Sociais	257.012,38	87.982,73	1.113.206,95
Benefícios Diretos ou Indiretos.....	NA	NA	49.616,76
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Remuneração Variável Anual	NA	NA	2.360.301,22
Bônus.....	NA	NA	1.771.440,68
Encargos Sociais	NA	NA	588.860,54
Participação nos Resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês.....	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA	NA
Total (R\$)	2.104.135,32	720.306,05	6.871.931,55

(¹) Com encargos sociais

13.3. - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Valores de Remuneração Variável reconhecidos para o exercício social de 2019 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾:

Ano 2019 (em R\$)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	5	3	2
c. Número de membros remunerados	5	3	2
d. Em relação ao bônus:			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR).....	NA	NA	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR).....	NA	NA	(²)
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	1.101.805,00
e. Em relação à participação no resultado:			984.586,00
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR).....	NA	NA	NA
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR).....	NA	NA	NA
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	NA

(¹) Sem encargos

(²) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% (duzentos por cento) em relação ao plano econômico da Companhia.

Valores de Remuneração Variável reconhecidos para o exercício social de 2020 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal ⁽¹⁾:

Ano 2020 (em R\$)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	5	3	2
c. Número de membros remunerados	5	3	2
d. Em relação ao bônus:			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR).....	NA	NA	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR).....	NA	NA	(²)
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	1.068.511,29
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	NA	NA	474.797,05
e. Em relação à participação no resultado:			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR).....	NA	NA	NA

ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	NA
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	NA

(¹) Sem encargos

(²) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% (duzentos por cento) em relação ao plano econômico da Companhia.

Valores de Remuneração Variável reconhecidos para o exercício social de 2021 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Ano 2021 (em R\$)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	5	3	2
c. Número de membros remunerados	5	3	2
d. Em relação ao bônus:			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	(²)
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	1.087.713,89
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	NA	NA	1.356.452,60
e. Em relação à participação no resultado:			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	NA
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	NA
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	NA

(¹) Sem encargos

(²) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% (duzentos por cento) em relação ao plano econômico da Companhia.

Valores de Remuneração Variável previstos para o exercício social de 2022 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Ano 2022 (em R\$)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal/Auditoria	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	5	3,75	2
c. Número de membros remunerados	5	3,75	2
d. Em relação ao bônus:			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	(²)
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	1.328.580,51
e. Em relação à participação no resultado:			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	NA
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	NA	NA	NA
iii. Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%)	NA	NA	NA

(¹) Sem encargos

(²) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% (duzentos por cento) em relação ao plano econômico da Companhia.

13.4. - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria estatutária, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. termos e condições gerais**
- b. principais objetivos do plano**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. número máximo de ações abrangidas**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. condições de aquisição de ações**
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j. critérios para fixação do prazo de exercício**
- k. forma de liquidação**
- l. restrições à transferência das ações**
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em 31 de dezembro de 2021, os membros do Conselho de Administração possuíam 6 ações emitidas pela Companhia.

Os Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários não possuem ações das sociedades controladas ou dos controladores diretos e indiretos.

- a. Órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga**
 - ii. quantidade de opções outorgadas**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga**
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

13.6. - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Reitere-se a explicação já dada de que a Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Estatutária, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. Órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- d. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

13.7. - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Estatutária, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. **Órgão**
- b. **número de membros**
- c. **em relação às opções exercidas informar:**
 - i. **número de ações**
 - ii. **preço médio ponderado de exercício**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- d. **em relação às ações entregues informar:**
 - i. **número de ações**
 - ii. **preço médio ponderado de aquisição**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas**

13.8. - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para os membros do Conselho de Administração, quer para a Diretoria Estatutária, todos os subitens não são aplicáveis.

- a. **modelo de precificação**
- b. **dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. **método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. **forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. **se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações detidas por administradores e conselheiros fiscais:

Diretores: 0 ações

Membros do Conselho de Administração: 6 ações

Membros do Conselho Fiscal: 0 ações

13.10. - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

a) Orgão	Diretoria Estatutária
b) Número de membros	1
c) Nome do Plano = Bradesco Vida e Previdência	
d) Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	NA
e) Condições para aposentar-se antecipadamente	NA
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de Previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 633.206,96
g) Valor acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 155.327,84
h) Se há possibilidade de resgate antecipado e quais condições	Não há possibilidade de resgate antecipado.

Os Planos de Previdência definem como premissa valores de aporte limitado, com meta quando o beneficiário atingir a idade de 60 anos, momento que o beneficiário poderá converter os valores de reserva acumulada em benefícios em forma de renda vitalícia. No caso de desligamento antecipado, antes do atingimento das condições de conversão anteriormente mencionada, não há obrigação da Companhia em aportar os valores faltantes ao atingimento da meta atuarial.

13.11. - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. valor da maior remuneração individual**
- d. valor da menor remuneração individual**
- e. valor médio de remuneração individual**

Remuneração relativa ao exercício social de 2019 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Ano 2019 (em R\$)	Conselho de Administração (²)	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária (²)
Número de membros	5	3	2
Valor da maior remuneração individual/ano (3)	591.765,70	220.044,14	3.117.819,80
Valor da menor remuneração individual/ano	295.882,70	190.705,00	2.400.180,92
Valor médio remuneração individual/ano	355.046,07	200.484,71	2.759.000,36

(¹) Com encargos.

(²) Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária com a maior remuneração exerceram suas atividades durante todo o exercício de 2019.

Remuneração relativa ao exercício social de 2020 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Ano 2020 (em R\$)	Conselho de Administração (²)	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária (²)
Número de membros	5	3	2
Valor da maior remuneração individual/ano (3)	612.309,05	221.459,97	2.373.359,63
Valor da menor remuneração individual/ano	306.154,32	191.932,07	2.353.501,75
Valor médio remuneração individual/ano	367.385,27	201.774,70	2.363.430,69

(¹) Com encargos.

(²) Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária com a maior remuneração exerceram suas atividades durante todo o exercício de 2019.

Remuneração relativa ao exercício social de 2021 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (¹):

Ano 2021 (em R\$)	Conselho de Administração (²)	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária (²)
Número de membros	5	3	2
Valor da maior remuneração individual/ano (3)	637.735,44	221.239,55	3.759.309,02
Valor da menor remuneração individual/ano	318.867,51	191.741,04	1.440.522,69
Valor médio remuneração individual/ano	382.641,10	201.573,88	2.575.187,76

(¹) Com encargos.

(²) Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária com a maior remuneração exerceram suas atividades durante todo o exercício de 2019.

13.12. - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui essa prática.

13.13. - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual Remuneração Reconhecida no resultado do emissor	0%	NA	NA
Ano 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual Remuneração Reconhecida no resultado do emissor	0%	NA	NA
Ano 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual Remuneração Reconhecida no resultado do emissor	0%	NA	NA

13.14. - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que os membros desses órgãos sociais não prestam serviços e, portanto, não são remunerados por qualquer outro serviço ou atuação que não o dos cargos que ocupam.

13.15. - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Valores de Remuneração reconhecidos no resultado ou de controladores ou de sociedades sob controle comum no exercício social de 2015 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal. Não há valores reconhecidos em sociedades controladas pelo emissor ⁽¹⁾:

Não houve valores de Remuneração previstos no resultado ou de controladores ou de sociedades sob controle comum no exercício social de 2017, 2018 e 2019 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

13.16. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Esclarecimentos referentes à conciliação de valores de remuneração relativos ao Quadro da seção 13.2 (“Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal”) e Quadro da seção 13.11 (“Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal”)

Conforme o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012, de 09 de maio de 2012, relativo a “Orientações gerais sobre a elaboração do Formulário de Referência”, em relação ao item “13.11. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.” está disposta a seguinte orientação:

“Exceto no caso em que algum administrador renuncie à remuneração, o valor médio da remuneração anual de cada órgão deverá corresponder à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão (letra “d” do item 13.2) pelo número de membros informado para o respectivo órgão (letra “b” do item 13.2).

Caso algum administrador renuncie à remuneração, este não deverá ser considerado para o cálculo do valor médio da remuneração anual, embora permaneça a ser computado para a indicação do número de membros (letra “a”). Neste caso, o emissor

deverá divulgar no campo de observação o número de membros efetivamente utilizado para o cálculo da remuneração média.”

A Companhia utilizou este dispositivo haja vista:

A) Esclarecimentos referentes ao Quadro da seção 13.2 (“Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal”)

A diferença entre “o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria”, no montante de até R\$ 6.700.522,94, constante da proposta de remuneração dos administradores, quando comparado ao Quadro da seção 13.2 do Formulário de Referência (“Remuneração total do conselho de administração e, diretoria estatutária e conselho fiscal”), onde consta “total da remuneração”, no montante de R\$ 7.113.884,46, é decorrente da distinção de critérios nos dois documentos, a saber:

1. Tais valores compreendem períodos distintos, uma vez que na Proposta da Administração no seu item 13.2, as previsões foram constituídas para o exercício social 2018 (de janeiro a dezembro de 2018) enquanto na Ata da AGO será considerado o período de gestão de abril de 2018 a março de 2019.
2. A Ata das AGO dispôs a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, e não incluiu expressamente a remuneração do Conselho Fiscal, conforme texto extraído da referida Ata, no item iv (b) das deliberações.

“(…) (b) fixada, para cada um dos membros efetivos, remuneração mensal nunca inferior a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, determinando o número de três titulares para a composição do Conselho Fiscal e até o mesmo número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal receberão 12 honorários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados. Assim, tendo em vista a proposta do referido grupo de acionistas, foi aprovada a eleição, na forma da Lei 6.404/76, dos seguintes membros efetivos e suplentes para a composição do Conselho Fiscal (...).”

B) Esclarecimentos referentes ao Quadro da seção 13.2 (“Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal”)

A diferença entre “o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria”, no montante de até R\$ 7.185.391,07, constante da proposta de remuneração dos administradores, quando comparado ao Quadro da seção 13.2 do Formulário de Referência (“Remuneração total do conselho de administração e, diretoria estatutária e conselho fiscal”), onde consta “total da remuneração”, no montante de R\$ 7.793.057,27, é decorrente da distinção de critérios nos dois documentos, a saber:

1. Tais valores compreendem períodos distintos, uma vez que na Proposta da Administração no seu item 13.2, as previsões foram constituídas para o exercício social 2019 (de janeiro a dezembro de 2019) enquanto na Ata da AGO será considerado o período de gestão de abril de 2019 a março de 2020.
2. A Ata das AGO dispôs a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, e não incluiu expressamente a remuneração do Conselho Fiscal, conforme texto extraído da referida Ata, no item iv (b) das deliberações.

“(…) (b) fixada, para cada um dos membros efetivos, remuneração mensal nunca inferior a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, determinando o número de três titulares para a composição do Conselho Fiscal e até o mesmo número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal receberão 12 honorários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados. Assim, tendo em vista a proposta do referido grupo de acionistas, foi aprovada a eleição, na forma da Lei 6.404/76, dos seguintes membros efetivos e suplentes para a composição do Conselho Fiscal (...)”.

C) Esclarecimentos referentes ao Quadro da seção 13.2 (“Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal”)

A diferença entre “o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria”, no montante de até R\$ 7.168.289,32 , constante da proposta de remuneração dos administradores, quando comparado ao Quadro da seção 13.2 do Formulário de Referência (“Remuneração total do conselho de administração e, diretoria estatutária e conselho fiscal”), onde consta “total da remuneração”, no montante de R\$ 7.239.305,00, é decorrente da distinção de critérios nos dois documentos, a saber:

1. Tais valores compreendem períodos distintos, uma vez que na Proposta da Administração no seu item 13.2, as previsões foram constituídas para o exercício social 2020 (de janeiro a dezembro de 2020) enquanto na Ata da AGO será considerado o período de gestão de abril de 2020 a março de 2021.
2. A Ata das AGO dispôs a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, e não incluiu expressamente a remuneração do Conselho Fiscal, conforme texto extraído da referida Ata, no item iv (b) das deliberações.

“(…) (b) fixada, para cada um dos membros efetivos, remuneração mensal nunca inferior a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, determinando o número de três titulares para a composição do Conselho Fiscal e até o mesmo número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal receberão 12 honorários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados. Assim, tendo em vista a proposta do referido grupo de acionistas, foi aprovada a eleição, na forma da Lei 6.404/76, dos seguintes membros efetivos e suplentes para a composição do Conselho Fiscal (...)”.

D) Esclarecimentos referentes ao Quadro da seção 13.2 (“Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal”)

A diferença entre “o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria”, no montante de até R\$ 7.290.744,06 , constante da proposta de remuneração dos administradores, quando comparado ao Quadro da seção 13.2 do Formulário de Referência (“Remuneração total do conselho de administração e, diretoria estatutária e conselho fiscal”), onde consta “total da remuneração”, no montante de R\$ 7.283.585,33 , é decorrente da distinção de critérios nos dois documentos, a saber:

1. Tais valores compreendem períodos distintos, uma vez que na Proposta da Administração no seu item 13.2, as previsões foram constituídas para o exercício social 2021 (de janeiro a dezembro de 2021) enquanto na Ata da AGO será considerado o período de gestão de abril de 2021 a março de 2022.

2. A Ata das AGO dispôs a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, e não incluiu expressamente a remuneração do Conselho Fiscal, conforme texto extraído da referida Ata, no item iv (b) das deliberações.

“(...) (b) fixada, para cada um dos membros efetivos, remuneração mensal nunca inferior a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, determinando o número de três titulares para a composição do Conselho Fiscal e até o mesmo número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal receberão 12 honorários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados. Assim, tendo em vista a proposta do referido grupo de acionistas, foi aprovada a eleição, na forma da Lei 6.404/76, dos seguintes membros efetivos e suplentes para a composição do Conselho Fiscal (...)”.

E) Esclarecimentos referentes ao Quadro da seção 13.2 (“Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal”)

A diferença entre “o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria”, no montante de até R\$ 9.093.164,66 , constante da proposta de remuneração dos administradores, quando comparado ao Quadro da seção 13.2 do Formulário de Referência (“Remuneração total do conselho de administração e, diretoria estatutária e conselho fiscal”), onde consta “total da remuneração”, no montante de R\$ 8.976.066,87 , é decorrente da distinção de critérios nos dois documentos, a saber:

1. Tais valores compreendem períodos distintos, uma vez que na Proposta da Administração no seu item 13.2, as previsões foram constituídas para o exercício social 2022 (de janeiro a dezembro de 2022) enquanto na Ata da AGO será considerado o período de gestão de abril de 2022 a março de 2023.

2. A Ata das AGO dispôs a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, e não incluiu expressamente a remuneração do Conselho Fiscal, conforme texto extraído da referida Ata, no item iv (b) das deliberações.

“(...) (b) fixada, para cada um dos membros efetivos, remuneração mensal nunca inferior a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, determinando o número de três titulares para a composição do Conselho Fiscal e até o mesmo número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal receberão 12 honorários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados. Assim, tendo em vista a proposta do referido grupo de acionistas, foi aprovada a eleição, na forma da Lei 6.404/76, dos seguintes membros efetivos e suplentes para a composição do Conselho Fiscal (...)”.